

UNIVERSIDADE ABERTA



Igualdade de Género: sim ou não?
Perspetivas de um grupo de jovens de São Tomé e Príncipe em Portugal

Bernardina Margarida Pinhão Martins

Mestrado em Relações Interculturais

2024

UNIVERSIDADE ABERTA



Igualdade de Género: sim ou não?
Perspetivas de um grupo de jovens de S. Tomé e Príncipe em Portugal

Bernardina Margarida Pinhão Martins

Mestrado em Relações Interculturais

Dissertação orientada pela Professora Doutora Rosana Albuquerque

março/2024



CC BY-NC-ND 4.0 LEGAL CODE

Attribution-NonCommercial-NoDerivs 4.0 International

Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-ND 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, por sempre me terem encorajado a acreditar em mim e nunca desistir, agradeço ao meu marido, filhos e irmã, pela força e motivação para continuar, agradeço à minha Professora orientadora, Doutora Rosana Albuquerque, pelo apoio e orientação na realização do presente trabalho. Agradeço às(aos) participantes por toda a disponibilidade e colaboração.

Finalmente, agradeço a todas as pessoas que, de algum modo, tornaram possível a realização do presente trabalho e a concretização deste meu sonho!



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2.ª série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 07 de março de 2024

Nome completo/Full name: Bernardina Margarida Pinhão Martins

Assinatura/Signature:

manuscrita ou digital / handwritten or digital

Dedicatória

*This is a man's world, this is a man's world
But it wouldn't be nothing, nothing without a woman or a girl
You see, man made the cars to take us over the road
Man made the trains to carry heavy loads
Man made electric light to take us out of the dark
Man made the boat for the water, like Noah made the ark
This is a man's, a man's, a man's world
But it wouldn't be nothing, nothing without a woman or a girl*

(Canção de James Brown)

(Silveirinha, 2011)

Em memória da minha Mãe!

Resumo

A presente dissertação pretende compreender qual o papel da mulher e do homem na sociedade, segundo as perspetivas de um grupo de jovens adultos de São Tomé e Príncipe, que se encontra a estudar num centro de formação profissional, em Portugal.

Partindo desta questão orientadora, definiram-se os seguintes objetivos específicos de investigação: Identificar os papéis sociais que as e os jovens atribuem a mulheres e homens; Entender as razões dos comportamentos autoritários, por parte dos jovens do sexo masculino, relativamente às colegas; Perceber a subserviência das referidas jovens, face a esses comportamentos de autoritarismo dos seus colegas; Compreender quais as questões, do ponto de vista cultural, social e/ou outras que contribuem para tais comportamentos e perceções (e em que medida); Conhecer quais as expetativas das/dos jovens, face ao futuro.

A investigação permitiu-nos concluir que as representações de género estão ainda muito enraizadas, continuando as mulheres a serem muito submissas, restringindo-se essencialmente à esfera privada, enquanto os homens dominam o espaço público. Embora a maioria dos jovens considere que devam ser iguais os papéis da mulher e do homem na sociedade, ao mesmo tempo estão também conscientes do peso das tradições culturais no seu país, considerando-as, inclusive, obstáculos à igualdade de género. Assim, apesar de se verificar uma evolução nesse sentido, há ainda um longo caminho a percorrer!

Esperamos com esta pesquisa contribuir para a urgente reflexão acerca das sociedades contemporâneas e desigualdades que se perpetuam, sobretudo relativamente à igualdade de género, promovendo o conhecimento, para uma realidade efetivamente justa, equitativa e inclusiva.

Palavras-Chave: Igualdade de Género, Diversidade Cultural, Representações de Género

Abstract

This dissertation aims to understand the role of women and men in society, according to the perspectives of a group of young adults from São Tomé and Príncipe, who are studying at a professional training center in Portugal.

Based on this guiding question, the following specific research objectives were defined: Identify the social roles that young people attribute to women and men; Understand the reasons for authoritarian behavior on the part of young men towards their female colleagues; Understand the subservience of these young women, in the face of the authoritarian behavior of their colleagues; Understand which issues, from a cultural, social and/or other point of view, contribute to such behaviors and perceptions (and to what extent); Know what young people's expectations are for the future.

The investigation allowed us to conclude that gender representations are still very rooted, with women continuing to be very submissive, essentially restricting themselves to the private sphere, while men dominate the public space. Although most young people consider that the roles of women and men in society should be equal, at the same time, they are also aware of the weight of cultural traditions in their country, even considering them obstacles to gender equality. Therefore, despite progress being made in this direction, there is still a long way to go!

We hope with this research to contribute to an urgent reflection on contemporary societies and the inequalities that are perpetuated, especially in relation to gender equality, promoting knowledge, towards an effective fair, equitable and inclusive reality.

Keywords: Gender Equality, Cultural Diversity, Gender Representations

Índice

Introdução.....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
Capítulo I – Igualdade de Género.....	6
1.1 Género e Sexo	6
1.2 (Des) Igualdade de Género	9
Capítulo II – Cultura e Diversidade	14
2.1 Cultura e Sociedade	14
2.2 Diversidade Cultural e Género.....	20
Capítulo III – O contexto de São Tomé e Príncipe	24
PARTE II – METODOLOGIA	28
Capítulo IV – Itinerário Metodológico	29
4.1 Objetivos e questão de partida.....	29
4.1.1 Objetivos	29
4.1.2 Questão de partida	29
4.2 Opções metodológicas.....	30
4.3 Amostra.....	31
4.4 Técnica de recolha e análise de dados.....	32
4.4.1 Pesquisa documental	32
4.4.2 Observação participante	33
4.4.3 Entrevista	33
PARTE III – PESQUISA EMPÍRICA	37
Capítulo V – Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados	38
5.1 Perfil das e dos jovens.....	38
5.2 Motivos da imigração para Portugal.....	38
5.3 Situação familiar e sociodemográfica em São Tomé e Príncipe	40
5.4 Igualdade de género	42
5.5 Perspetivas futuras	73
Considerações Finais	81
Bibliografia	89
Anexos	98

Índice de Tabelas

Tabela 5.1 - Proveniência dos jovens em STP.....	38
Tabela 5.2 - Agregado familiar dos jovens em STP.....	40
Tabela 5.3 - Igualdade de Género: Sim ou não?	44
Tabela 5.4 - IG: é ou não praticada em STP?	47
Tabela 5.5 - Igualdade de Género em STP – Mulheres/Homens/Cultura	53
Tabela 5.6 - IG – Influência/Não influência da cultura portuguesa	68

Lista de Siglas

IG – Igualdade de Género

STP – São Tomé e Príncipe

Introdução

O debate sobre igualdade de género (IG) transcende as fronteiras culturais, desafiando normas sociais enraizadas e evidenciando a necessidade de uma abordagem global para enfrentar as disparidades existentes. A presente investigação tem como finalidade compreender o papel da mulher e do homem na sociedade, segundo as perspetivas de um grupo de jovens adultos de São Tomé e Príncipe (STP), que se encontra a estudar num centro de formação profissional, em Portugal. Procura-se contribuir para a reflexão e promoção da IG e incrementar a consciência da crescente diversidade cultural, reconhecendo que ambas as dimensões desempenham papéis interdependentes na construção de identidades, na formulação de políticas públicas e na promoção da justiça social.

À medida que exploramos as interseções entre género e diversidade cultural, somos desafiados a repensar conceções preexistentes, a reconhecer as múltiplas identidades que coexistem e a promover um diálogo global que valorize e respeite as diferenças (Brancons, 2018; Gil, s/d; Malheiros et al., 2011). Este trabalho contribuirá, assim, para a construção de um conhecimento mais abrangente e informado, procurando oferecer recomendações para a implementação de medidas efetivas que promovam a igualdade de género e celebrem a riqueza da diversidade cultural em todas as suas manifestações.

Para responder ao objetivo geral da pesquisa – Compreender as perceções/representações dos papéis na sociedade, face a homens e mulheres, segundo as perspetivas de um grupo de jovens de São Tomé e Príncipe que se encontra a estudar num centro de formação profissional, em Portugal, – definimos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os papéis sociais que as e os jovens atribuem a mulheres e homens;
- Entender as razões dos comportamentos autoritários, por parte dos jovens do sexo masculino, relativamente às colegas;
- Perceber a subserviência das referidas jovens, face a esses comportamentos de autoritarismo dos seus colegas;
- Compreender quais as questões, do ponto de vista cultural, social e/ou outras que contribuem para tais comportamentos e perceções (e em que medida).
- Conhecer quais as expetativas das/dos jovens, face ao futuro.

Na presente dissertação optou-se por uma abordagem qualitativa da pesquisa, onde, antes de mais, foi definida uma questão de investigação, a que se seguiu a seleção dos indivíduos constantes da nossa amostra, sobre a qual incidiu a recolha de dados (Silvestre & Araújo, (s/d)). Esta abordagem permite analisar a informação de “forma indutiva”, desenvolver conceitos e compreender o fenómeno em estudo, descrevendo de forma rigorosa os resultados obtidos diretamente dos dados recolhidos, através da transcrição dos inquéritos e da pesquisa documental (Carmo & Ferreira, 2008).

Trata-se de um estudo de caso, pois, tal como evidenciado por Yin (1988), (conforme citado em Carmo & Ferreira, 2008), o estudo de caso constitui a estratégia preferida quando se quer responder a questões de “como” ou “porquê”, utilizando-se diferentes técnicas da recolha de dados, tais como a observação, a entrevista, a análise documental e o questionário.

Para a recolha de dados foram utilizadas técnicas qualitativas tais como a pesquisa documental, observação participante e entrevista. A pesquisa documental permitiu-nos compreender a evolução do tema em questão, sendo indispensável a quem pretende acrescentar algo à produção científica em determinada área (Carmo & Ferreira, 2008). A observação participante foi realizada no dia a dia, no decorrer da vivência com os jovens participantes, de forma flexível e aberta, o que para Colás (1992), (conforme citado em Aires, 2015), representa a sua maior virtualidade. Em relação à entrevista, trata-se de uma das técnicas mais utilizadas e extrema importância no estudo e compreensão do ser humano (Aires, 2015). No presente estudo, recorreu-se à entrevista semiestruturada, a mais utilizada, segundo Quivy e Campenhoudt (2003), em que o/a investigador/a coloca as perguntas naturalmente, reencaminhando-as para o objetivo, cada vez que o/a entrevistado/a dele se afastar.

Os dados recolhidos foram submetidos a uma análise temática, tendo-se dividido por temas as diversas questões da entrevista. Foi também aplicada uma análise contrastante entre rapazes/raparigas; jovens da roça/jovens da cidade e famílias de diferentes estratos e posições sociais. Este procedimento é apontado por alguns autores como fundamental à validação da pesquisa (André, 2005; Yin, 2005; Martins, 2008).

O presente trabalho encontra-se organizado em três partes – Enquadramento teórico, metodologia e pesquisa empírica – organizadas da seguinte forma:

- Primeiro capítulo – Procede-se à devida distinção concetual entre sexo e género. Apresentamos uma compreensão crítica do género como uma construção social e cultural, destacando a sua importância na análise das relações sociais e das desigualdades de poder e abordamos a complexidade da desigualdade de género, destacando as suas causas históricas, os esforços para promover a igualdade e os desafios persistentes que requerem uma luta contínua;
- Segundo capítulo – Desenvolvemos uma reflexão com ênfase na compreensão, aceitação e promoção da diversidade cultural, bem como na luta contra a discriminação e desigualdade em diferentes níveis sociais; sublinhamos a interligação da diversidade cultural e género, enfatizando a importância da cultura na formação de estereótipos de género e a necessidade de promover o diálogo intercultural para a afirmação das identidades e direitos fundamentais; destacamos a importância do empoderamento das mulheres, não apenas como um direito fundamental, mas como um catalisador para o desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe;
- Terceiro capítulo – Apresentamos, de forma muito breve, o contexto de São Tomé e Príncipe face à (des)igualdade de género e aos padrões culturais;
- Quarto capítulo – Descrevemos a metodologia, fundamentando as opções tomadas e identificamos os instrumentos de recolha e análise dos dados;
- Quinto capítulo – Expomos o estudo de caso, onde procedemos à apresentação, análise e discussão dos resultados.

Por fim, apresentamos as conclusões, a bibliografia utilizada na elaboração da dissertação e os respetivos anexos.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo I – Igualdade de Género

1.1. Género e sexo

O conceito de género surge nos anos 80 do século passado, no discurso político e institucional das Nações Unidas, organização que teve um papel pioneiro nesta questão, passando posteriormente para os media, que o difundiram junto da opinião pública. De acordo com Amâncio (2003), o processo da integração do género nas políticas dos direitos humanos e na luta contra a discriminação baseada no sexo reflete, contudo, as especificidades do contexto histórico em que se inseriu e que marcaram o discurso sobre ele.

Segundo Pinto et al. (2015, p.24) “o termo sexo é usado para distinguir os indivíduos com base na sua pertença a uma das categorias biológicas: sexo feminino e sexo masculino”. Por outro lado, “(...) género é usado para descrever inferências e significações atribuídas aos indivíduos, a partir do conhecimento da sua categoria sexual de pertença. Trata-se, neste caso, da construção de categorias sociais decorrentes das diferenças anatómicas e fisiológicas” (idem, p.24). Também Pereira (2009), defende que “o género não pode ser reduzido a um papel ou conjunto de traços individuais e deve ser estudado enquanto produto de uma construção metódica, rotineira e recorrente” (p.115).

Para reforçar a ideia de que as diferenças observadas entre os sexos não ficam a dever-se simplesmente à pertença da pessoa a uma categoria biológica presente à nascença, mas que são, sobretudo, resultado de construções culturais, Ann Oakley propôs, em 1972, na sequência da publicação da sua obra *Sex, Gender and society*, que existisse a distinção entre os termos sexo e género, a qual passou a servir de referência às Ciências Sociais. Na sua opinião, o sexo com que o indivíduo nasce, refere-se às características anatómicas e fisiológicas que legitimam a diferenciação, em termos biológicos, entre feminino e masculino. Por outro lado, do género que desenvolvemos fazem parte os atributos psicológicos e as aquisições de ordem cultural que a mulher e o homem incorporam, durante o processo de formação da identidade, e que estão normalmente associados aos conceitos de feminilidade e masculinidade. Deste modo, o termo sexo pertence ao campo

da biologia, enquanto o conceito de género integra o domínio da cultura, remetendo para a construção de significados sociais. Para além das diferenças genéticas entre os sexos, é suposto, na maioria das sociedades, que mulheres e homens se comportem de forma diferente, desempenhando diferentes papéis. Ainda, de acordo com a autora atrás citada, convém lembrar que os conceitos de feminilidade e de masculinidade variam consoante as culturas, o que significa que diferem no espaço e no tempo, com definições distintas de época para época e, num mesmo período histórico, de região para região, podendo ainda variar de acordo com a idade, religião, classe social e etnia (Pinto et al., 2015).

Também “os estudos feministas, de mulheres e de género, desde os anos 70 do século XX, têm contribuído para ampliar as abordagens antropológicas, no que toca o entendimento do género como uma construção sócio-cultural, logo, contextualmente variável” (Abu-Lughod, 1991, 2002; Oyewumi, 2004, conforme citado em Ramalho & Trovão, 2010, p.31).

Amâncio (2003) realçou que o conceito de género tinha como objetivo colocar a questão das diferenças entre os sexos no domínio da investigação social, retirando-a do campo da biologia, sendo analisado segundo uma perspectiva histórica e social de produção das crenças e saberes sobre os sexos, legitimando as divisões sociais baseadas no sexo. “... a emergência do género inscrevia-se num processo que tornava, ao mesmo tempo, visível uma relação social marcada pela desigualdade que a investigação, a reflexão teórica e a acção política tinham ignorado ou ocultado” (Amâncio, 2003, p.687).

O estudo da importância do género para a compreensão da vida individual de mulheres e homens tem despertado a atenção de cientistas, com diversas teorias, que, com diferentes métodos e abordagens, trouxeram para a discussão desta problemática, argumentos bastante pertinentes. Este facto revelou-se de extrema importância para o debate, tendo sem dúvida, contribuído para a compreensão da natureza socialmente construída do género, a qual reconheceu "todo um sistema de relações sociais – de dominação e de subordinação – pautadas, ao longo da história, por desigualdades de poder tanto ao nível material como ao nível simbólico, como escreveu, a historiadora Joan Scott (1986)” (Pinto et al., 2015, p. 24).

Já em 1949, Simone de Beauvoir falava desta legitimação da criação de diferenças sociais com base nas diferenças sexuais, quando defendia que “o ser humano do sexo feminino não nasce mulher, mas sim torna-se mulher pela incorporação de modos de ser, de papéis, de posturas e de discursos condizentes com o modelo de feminilidade dominante na cultura a que pertence” (Pinto et al., 2015, p. 25). Ainda, de acordo com a autora, o mesmo se passa relativamente ao processo de aprendizagem “do que é ser homem por parte dos seres humanos que nascem do sexo masculino, os quais tendem a ser socializados de acordo com as características distintivas da masculinidade culturalmente preponderante da sua geração” (Pinto et al., 2015, p. 25).

Joan Scott (2021) acredita que género continua a ser uma categoria útil de análise, “se for considerado um convite para se pensar de forma crítica sobre como os sentidos de corpos determinados sexualmente são produzidos uns em relação com os outros, como esses sentidos são empregados e modificados” (p. 181). Defende que “O foco deve estar não nos papéis atribuídos a mulheres e homens, mas na própria construção da diferença sexual” (p. 181). Ainda, na opinião da autora,

(...) o binarismo sexo/gênero, que definiu gênero como a atribuição social de sentido às diferenças sexuais determinadas biologicamente, permanece em vigor, apesar de uma geração de estudos que visam desconstruir essa oposição. (...) a desconstrução insistia que sexo, assim como gênero, deveria ser entendido como um sistema de sentidos imputados; nenhum deles era questão de natureza, ambos eram produtos da cultura. Sexo não era um fenômeno transparente; adquiria seu status natural retrospectivamente, como justificativa para a atribuição de papéis de gênero (Scott, 2021, p.182).

Assim, a “linguagem de gênero” (...) Não se reduz a uma quantidade conhecida de masculino ou feminino, homem ou mulher” (Scott, 2021, p.184-185), existem sentidos específicos que são necessários encontrar. Como tal, e “Quando gênero é uma questão em aberto sobre como esses sentidos são estabelecidos, o que eles significam e em quais contextos, então continua sendo uma categoria de análise útil — porque é crítica” (idem p. 185).

1.2. (Des) Igualdade de género

O conceito de ‘desigualdade’, do ponto de vista semântico é definido, no Dicionário de Língua Portuguesa, (2002, p. 519 conforme citado em Da Cruz, 2005), como sinónimo de falta de igualdade, de diferença ou de injustiça. Mas no seu significado sociológico, o conceito de desigualdade remete para hierarquias injustas (...) (Da Cruz, 2005; Barros, 2005). Nesse sentido, “As diferenças entre sexos são perspectivadas como consequências da socialização que já estão “profundamente enraizadas” (Pereira, 2009, p. 124).

Por oposição, e de acordo com Torres et al. (2018), podemos considerar igualdade de género uma simetria entre homens e mulheres e pessoas de diversidades várias, em função da sua identidade de género ou orientação sexual, no acesso a recursos, direitos e poderes. No entanto, esta simetria, consagrada na legislação portuguesa e europeia, está ainda longe de ser conseguida.

O incremento da igualdade de género e do empoderamento das mulheres constitui “não só um dos oito Objetivos do Milénio, adotados por consenso pelos 189 Estados-membros das Nações Unidas, em 2000, como também um princípio fundamental na concretização de todos os objetivos” (Pinto et al., 2015, p.6). Atualmente, a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mantêm este destaque relativamente à IG, mediante o objetivo 5, mas também de forma transversal a outros objetivos. Conforme referido na plataforma portuguesa para os direitos das mulheres, “Os 17 ODS e as 169 metas da Agenda 2030 são universais, indivisíveis e baseadas em direitos visando “não deixar ninguém para trás...” (PPDM, s/d).

Contudo, e não obstante a igualdade entre mulheres e homens se encontrar consagrada na ordem jurídica dos países democráticos, está ainda longe de ser uma realidade. No entanto, e como resultado da pressão dos movimentos feministas e de outros grupos ou movimentos ligados a diversas identidades de género, a igualdade de género é hoje considerada como uma questão de direitos humanos e tem sido promovida no plano legislativo, com mudanças expressivas ao nível nacional e transnacional. Houve um

aumento progressivo da consciência do papel das mulheres na esfera pública, bem como da sua contribuição para o desenvolvimento.

Foram várias as políticas de promoção da igualdade de género, desde os anos 70 do século XX, impulsionadas por diversos atores políticos globais e regionais, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU), da UNESCO, da União Europeia (UE) e da União Africana (UA). Os próprios países têm adotado leis no sentido da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens em todos os domínios da sociedade. A posição que mulheres e homens ocupam é não apenas diferente, mas desigual. Connel, (1987) (conforme citado em Almeida, 2018), tenta explicar como e porquê os homens mantêm papéis sociais dominantes sobre as mulheres e sobre outras identidades de género, percebidas como "femininas" numa determinada sociedade, pela existência de uma variedade particular de masculinidade que subordina outras variedades, a masculinidade hegemónica. Esta admite diversas masculinidades que variam ao longo do tempo, da cultura e do indivíduo, assumindo-se por um lado, como a prática que legitima a posição de domínio dos homens na sociedade, e justificando, por outro, a subjugação das mulheres e de outras identidades marginalizadas de ser um homem (Almeida, 2018).

Esta desigualdade, construída ao longo dos tempos, assenta no enaltecimento do masculino em detrimento do feminino, culminando num estatuto social inferior e menor poder e acesso aos recursos por parte das mulheres relativamente aos homens que se encontram na mesma posição social (ACEP, 2016).

Mas, como nasce e se reproduz tal desigualdade? Segundo Torres et al. (2018), antes de mais, é o resultado da assimetria de posições de mulheres e homens na área da produção, da reprodução e sexualidade. Por outro lado, essa assimetria advém da existência de uma hierarquia nas sociedades atuais, em que a dimensão reprodutiva é desvalorizada, a favor da dimensão produtiva, dificultando o acesso das mulheres aos recursos financeiros e económicos, bem como aos lugares de decisão e poder, sendo habitualmente associadas à responsabilidade do cuidar do outro. Na mesma linha de pensamento, também Calvinho e Ramos (2014) referem a mulher como uma figura central na sociedade e na família, "(...) mas sobretudo para servir os desígnios naturais biológicos e os determinados por

sociedades de organização patriarcal que ao longo de muitos séculos não a reconheceu como sujeito e cidadã de pleno direito” (p.48).

Além disso, e como o controlo da reprodução está intimamente ligado à sexualidade, esta desvalorização, além de afetar as mulheres, expande-se a todos os que, em termos de identidade de género, não sigam o padrão normativo da heterossexualidade, tendo ainda efeitos no processo de socialização, na construção da identidade, na própria organização da vida quotidiana, afetando também as pessoas na forma de olhar o mundo. Faz-se sentir principalmente nas sociedades em que, no plano formal, a igualdade de direitos não está consagrada na legislação, de forma tão evidente. Assim, se por um lado há uma crescente visibilidade e afirmação do protagonismo feminino, em diversas áreas, por outro, persistem barreiras, embora não tão visíveis, impondo limites a essa progressão, a qual, contudo, se tem vindo a revelar, indiscutivelmente, nas sociedades ocidentais (Calvinho & Ramos, 2014).

Ainda, de acordo com as autoras, apesar das suas conquistas, as mulheres continuam, a nível mundial, a ver violados os seus direitos. Inúmeros problemas sociais têm a sua origem nas desigualdades entre mulheres e homens, desde as dificuldades no acesso ao ensino e a altos cargos políticos, por parte das mulheres, o domínio dos homens sobre elas, os salários mais baixos do que os homens quando executam a mesma função, e tantas outras diversas formas de violência de que são vítimas as mulheres. Também na própria família, a mulher é sempre a mais sobrecarregada, sendo da sua responsabilidade a vida doméstica e cuidar dos seus familiares enquanto viverem, tarefas estas, herdadas desde os primórdios da própria humanidade e culturalmente definidas como sendo femininas, as quais desempenha em simultâneo com a sua profissão ou atividade laboral a tempo inteiro, o que resulta numa dupla jornada de trabalho, tornando particularmente difícil para as mulheres a conciliação entre trabalho e família (Núncio, 2008; Perista et al., 2016).

No que diz respeito ao recrutamento profissional, os homens continuam, em larga medida, a ser preferidos, sistematicamente, em relação às mulheres. Estas, quando recém-licenciadas, continuam a ter maiores dificuldades de acesso ao emprego que os seus colegas do sexo masculino, sendo também elas mais afetadas pelo desemprego.

Acrescenta ainda os riscos de saúde física e psicológica das mulheres, ao ser colocada em risco devido à sobrecarga a que estão sujeitas, dada a necessidade de articulação entre a vida doméstica e a carreira, e que, conforme referido anteriormente, continua a verificar-se como algo associado sobretudo às mulheres que são efetivamente, de uma forma geral, os pilares da vida quotidiana das famílias. Também em termos de vida pública e na própria política, embora tenha vindo a aumentar, o número de mulheres continua a ser bem menor do que o de homens, sobretudo em cargos de poder e onde o estatuto socioeconómico é crucial (Pinto et al., 2015). Tal como referido na Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD (2021), “as mulheres são constantemente deixadas de fora das decisões a nível local, comunitário e internacional” (PPONGD, 2021, p. 10).

De acordo com Torres et al. (2018), embora transversais à vida social, as relações de género são vividas de forma distinta, não apenas consoante a orientação sexual, a etnia e as classes sociais, mas ainda de acordo com determinados contextos sociais mais amplos como os geracionais, regionais e nacionais ou ainda as idades da vida. “(...) olhando para estas realidades numa perspetiva histórica são de considerar as profundas mudanças sociais, no plano jurídico e político, que se operaram nas sociedades contemporâneas, que têm vindo a tornar mais visíveis as tendências igualitárias que os movimentos feministas inauguraram” (Torres et al., 2018, p. 21).

Miranda (2009) considera que os movimentos feministas conseguiram que as mulheres alcançassem diversas conquistas relativamente à sua saída da esfera privada para o espaço público. Mesmo demorando dois séculos para a sua concretização e de não se ter formado um movimento social, o facto da entrada do sexo feminino no espaço público, “colocou milhões de mulheres em movimento” (p.27).

Contudo, e como referido em Pinto et al. (2015), no que diz respeito às normas sociais e culturas organizacionais, fazem ainda sentir-se inércias e resistências por parte de quem aplica as leis e no modo de funcionamento tradicional das diversas instituições, que, por vezes, mesmo adotando o discurso da igualdade, não existe efetivamente qualquer alteração, na prática.

Nesse sentido e de acordo com a Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD, (2021), apesar de ser evidente que a participação ativa das mulheres na formação das sociedades em que vivem, da concretização dos seus direitos fundamentais e de uma maior Igualdade de Género trazem vantagens e prosperidade para as sociedades, persiste a violação diária dos direitos das mulheres, continuando estas a serem afetadas por decisões que têm consequências diretas nas suas vidas, sem contudo, serem parte integrante nas tomadas de decisão. “Continuam a ser as mais duramente atingidas e as que mais riscos acrescidos enfrentam, de diversas formas de violência baseada no género” (PPONGD, 2021, p.6). Deste modo, “Uma inclusão mais sistemática da igualdade de género e dos direitos das mulheres e das raparigas (...) significa assegurar a presença do género no diálogo político com os países parceiros, incluindo os direitos humanos e o diálogo social” (Idem, p.10). Nesse sentido, muito caminho há ainda para percorrer, motivo pelo qual:

...continuamos a ver mulheres e raparigas a mobilizarem-se e a lutar diariamente para fazer avançar os seus direitos em todo o mundo e a promover mudanças para transformar as normas sociais subjacentes e as relações de poder que perpetuam as desigualdades de género, bem como a abrir mais espaços para elas e para outras mulheres fazerem ouvir a sua voz, tanto na esfera privada como pública (PPONGD, 2021, p.6).

Consideramos crucial a continuidade desta luta, uma vez que, e ainda de acordo com a referida Revista, “Não haverá nunca desenvolvimento (que seja) sustentável se mais de metade da população mundial não participar em condições (no mínimo) idênticas às da outra metade” (PPONGD, 2021, p.17).

Capítulo II – Cultura e Diversidade

2.1. Cultura e sociedade

Contextualizando o conceito de cultura, recorreremos a Cucho (1999) para quem, apesar de cultura e civilização serem dois conceitos muito próximos, e refletindo as mesmas concepções fundamentais, eles não são equivalentes, sendo que “cultura” evoca sobretudo os progressos individuais e “civilização” os progressos coletivos. “(...) para Tylor, a cultura é a expressão da totalidade da vida social do homem. (...) a cultura é adquirida e não depende da hereditariedade biológica” (Cucho, 1999, p. 35).

Embora a ideia de cultura viesse já a formalizar-se há algum tempo na mente humana, Tylor foi o primeiro a definir este conceito, pelo menos conforme utilizado atualmente. Para o autor, o conceito de cultura "tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (Laraia, 2009, p.25). Também para Guiddens (2010), “a cultura de uma sociedade engloba tanto os aspetos inatingíveis – as crenças, as ideias e os valores que constituem o teor da cultura – como os aspetos tangíveis – os objetos, os símbolos ou a tecnologia que representam esse conteúdo (p. 22).

Desde a Antiguidade foram comuns as teorias que atribuem as diferenças de comportamento entre os seres humanos às variações dos ambientes físicos, como o clima (determinismo geográfico), e também as teorias que atribuem capacidades específicas inatas a "raças" ou a outros grupos humanos (determinismo biológico) (Laraia, 2009). Edward Tylor explica a diversidade como sendo o “resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução” (Laraia, 2009, p. 33). “O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam” (Laraia, 2009, p.45). Cultura revela-se, deste modo, como algo adquirido e aprendido ao longo do tempo, e não como característica inata.

Ao mesmo tempo, sendo homens e mulheres seres culturais e sociais, reveste-se de enorme importância a percepção não só da sua cultura, mas também da sua representação na sociedade. As representações sociais atendem a diversos tipos de interesses do grupo e possuem diferentes estruturas e formas de organização (Amâncio, 1992). De acordo com Breakwell (1993), as representações estão embutidas em redes representativas complexas passíveis de mudança, subtis ou globais, como resultado das relações estabelecidas entre si, cuja aceitação ou rejeição do indivíduo dependem da adesão ou não à representação social. Uma falha em aceitar o veredicto do grupo sobre uma representação social coloca o indivíduo em risco de censura ou mesmo rejeição, conduzindo, então, à exclusão e desigualdade.

Consideramos fundamental, neste momento, fazer a devida distinção entre diferenças e desigualdades. Recorremos, para o efeito, a Barros (2005), para quem as diferenças são inerentes à própria natureza e diversidade humana; sempre existiram e é incontornável que continuem a existir homens e mulheres, de diversas etnias, de várias faixas etárias, com diversas profissões, etc. Assim, para o autor, as diferenças relacionam-se normalmente com o “ser” (ser mulher, ser negro...). Já as desigualdades, segundo a sua perspectiva, relacionam-se, por norma com o “estar” ou “ter” (ter mais dinheiro, mais liberdade, mais direitos políticos...). Neste sentido, contrariamente a diferença, desigualdade será sempre algo circunstancial, dependerá sempre de determinadas circunstâncias (económicas, políticas, sociais...). Torna-se, portanto, crucial compreendermos a distinção entre diferença e desigualdade, para uma melhor percepção de como estas se relacionam entre si, no campo social e ainda com a própria noção de igualdade. De acordo com o autor, podemos sempre sonhar que um dia existirá menos desigualdade no tratamento das diferenças sociais, até porque as lutas sociais não têm como objetivo a abolição das diferenças, mas sim das desigualdades, ou pelo menos minimizá-las.

No entanto, e apesar da devida distinção, este autor admite que em determinadas situações,

a diferença também pode ser lida como desigualdade para atender a determinados projetos sociais de dominação. Na filosofia da Idade Média, teve ocorrência a ideia de que a mulher era um homem incompleto (...). Percebe-se que aqui uma diferença sexual natural bastante evidente é relida como uma desigualdade na origem. Segundo as implicações desta hoje estranha perspectiva sobre os sexos, a própria natureza teria tratado desigualmente os seres na sua origem, gerando uns que são completos e outros que são incompletos. Cria-se aí uma hierarquia “natural”, que reforça as hierarquias sociais e políticas, onde o completo está acima do incompleto, ou o homem acima da mulher (Barros, 2005, p.357).

Na sua perspectiva, a evolução histórico-social da diversidade humana imprime, por consequência, todos os critérios interrelacionais adjacentes à desigualdade. Este autor advoga: “As noções que afetam o mundo das hierarquias sociais e políticas transfiguram-se, entrelaçam-se e desentrelaçam-se de acordo com os processos históricos e sociais.” (Barros, 2005, p.347). Serão estes processos que dão origem à “discriminação social” e por conseguinte, dentre outras, “à segregação espacial ou à exclusão social” (idem, p.355). Exclusão esta, que se evidencia em várias áreas da nossa vida, inclusive a nível social, sendo, segundo Guiddens (2013), entendida como “o modo como os indivíduos são destituídos da possibilidade de um envolvimento pleno na vida social” (p.559).

Com os conceitos de exclusão/inclusão, igualdade/desigualdade em constante debate nas agendas políticas dos diversos países, em todo o mundo, e significando multiculturalismo “o reconhecimento dos direitos de preservação da cultura e de formação de comunidades, associando-os à igualdade social e à proteção face à discriminação” (Castles, 2005, p. 66), vemo-nos obrigados a refletir sobre a atual realidade das sociedades contemporâneas, bem como a interrogarmo-nos relativamente ao nosso papel enquanto possíveis agentes de mudança, tendo em conta que a desigualdade vivenciada entre os indivíduos influencia, obviamente, a sua capacidade de integração na vida pública, anulando muitas vezes, a possibilidade de assumirem efetivamente uma cidadania verdadeiramente ativa.

Diariamente, ouvimos vários discursos por parte da Comunidade Internacional, abordando a temática da Globalização, da Igualdade de Direitos Humanos, da diminuição/ irradiação

da pobreza, de ajudas, Planos Comunitários e várias outras iniciativas nesse sentido. Porque persistem então inúmeros episódios de discriminação e exclusão do “eu” em relação (e por oposição) ao outro? Porque continuam a existir inúmeras situações de desigualdade? Estarão os chamados países ricos, dominantes, superiores, efetivamente interessados em anular/minorar tais disparidades? Primeiramente, e em termos individuais, consideramos que, para tal, muito contribui o facto de, “no encontro intercultural, as relações entre o “Eu” e o “Outro” são influenciadas por representações sociais, por estereótipos, preconceitos, projeções culturais, ideológicas e políticas” (Ramos, 2014, p.225). Por outro lado, a nível social, concluímos que as desigualdades se perpetuam, talvez porque, citando Cabecinhas (2010), “determinados grupos (dominantes) desenvolveram ideologias que lhes permitiram legitimar o tratamento ‘desumano’ dos outros grupos (dominados)” (p. 4). Atentemos, pois, nos tão “badalados” Direitos Humanos e interroguemo-nos sobre que sociedade é esta, na qual nos encontramos, em pleno séc. XXI, não só permissiva, mas muitas vezes, ela própria, promotora de tais desigualdades.

De acordo com Rodrigues (2000), é fundamental esta reflexão acerca da sociedade egoísta na qual vivemos, sentir mais empatia pelo outro e valorizar o “ser” em detrimento do “ter”. No entanto, além da referida responsabilidade individual de cada um de nós, os Estados têm um papel acrescido nesse sentido, cabendo-lhes a criação das condições necessárias à construção de uma sociedade onde justiça e inclusão sejam efetivamente uma realidade dado que “as novas desigualdades são afloramentos com carácter estrutural, gerados por um sistema económico que privilegia o enriquecimento sempre crescente de alguns (...) à custa de uma multidão de excluídos e marginalizados e de uma degradação ecológica sem precedentes” (Silva, 1999, pp. 80-81). É urgente e “crucial conseguir uma melhor compreensão dos modos através dos quais o racismo institucional (...) dá forma aos conceitos quotidianos sobre questões políticas e o funcionamento dos organismos públicos.” (Maeso & Araújo, 2013, p. 14)

Natália Ramos refere um conjunto de exigências que a abordagem intercultural deverá evidenciar. São essas exigências que se imprimem nos novos desafios. Para esta autora, estes últimos fundamentam-se na luta contra “o etnocentrismo, os estereótipos e os

preconceitos”; a consciencialização para as próprias identidades culturais, com vista a um autoconhecimento profundo, que auxilie na consolidação da reciprocidade e aceitação de outras identidades culturais diferentes; uma nova “gestão da diversidade cultural”, novas formas de diálogo multidisciplinar; a apropriação de novas competências comunicacionais direcionadas para “a construção de sociedades democráticas e equitativas”; aceitando e respeitando o Outro (Ramos, 2009, p. 19). Também Moura e Ferrari (2015) apontam as competências interculturais como fator de sucesso para o diálogo num mundo cada vez mais intercultural. Competências essas das quais fazem parte “Reconhecer que os valores da nossa sociedade não são únicos e nem são melhores; aceitar que as demais culturas têm o seu valor próprio é reconhecer que o mundo é feito de e para as diferenças (p.61)”

É precisamente a oportunidade de nos relacionarmos com o outro, tão diferente e ao mesmo tempo tão semelhante, que nos permite crescer e aprender dia a dia. A diversidade nos seus diversos aspetos, é uma enorme mais-valia que devemos, sem dúvida, preservar. Uma sociedade Intercultural deverá assentar em princípios como a solidariedade, interdisciplinaridade, pluralidade, diversidade, alteridade e equidade. Por conseguinte, é imprescindível a mudança e descentralização das mentalidades tradicionalistas e a conjugação de atitudes de cidadania sensíveis a um quotidiano social, sem diferenciações (Ramos, 2009). A autora refere o desconhecimento que se tem, muitas vezes, sobre as outras culturas, como característica principal para a origem de tensões interpessoais ou mal-entendidos. À medida que nos vamos relacionando com essas pessoas, vamos tomando consciência da nossa própria ignorância. Interpretações divergentes, derivadas de diferentes padrões culturais podem efetivamente originar conflitos entre as pessoas. A solução para os problemas dessas discrepâncias passa, sem dúvida, pela consciencialização e reflexão não só do sistema cultural do outro, mas também do próprio sistema cultural.

Nesta mesma linha de pensamento, Gil (s/d) evidencia a importância de uma “abordagem intercultural como estratégia de convivialidade” (p.42). Torna-se fundamental a interculturalidade para a convivência harmoniosa e pacífica das sociedades. Tendo por base o reconhecimento e respeito pelas diferenças e direitos das diversas comunidades, a tolerância assume uma importância crucial para a convivialidade. Tal como refere, “a

multiculturalidade como modelo político evita o perigo da segregação e da reificação identitária, podendo assim converter-se em interculturalidade” (idem, p.43).

Também Malheiros et al. (2011) evidencia a importância pelo respeito, proteção e promoção pela especificidade em termos sociais e culturais dos vários grupos étnicos existentes na sociedade, como requisitos para o desenvolvimento de uma política multicultural. Em termos concretos, trata-se de conferir centralidade aos denominados “direitos dos grupos étnicos”, garantindo representação política e social destes em diversos níveis de decisão institucional (p.23). Na sua perspectiva, cabe às sociedades de acolhimento e respectivas organizações a promoção de políticas, medidas e atividades sociais assegurando a coesão e a integração dos imigrantes, tornando-os “membros de pleno direito da sociedade de destino” (p.26). Os autores salientam ainda a importância da implementação dessas políticas de integração a nível local, pois “Como referem especialistas na área da imigração e da integração dos imigrantes, como Dimitri Papademetriou ou Sarah Spencer, se as políticas de imigração são decididas ao nível macro (país), os desafios da integração ganham-se ou perdem-se ao nível local” (p.28). É necessário a ação estratégica e articulada das diversas organizações a nível local, para que seja assegurada a igualdade de oportunidades aos imigrantes e a todos os residentes, de forma a promover uma interação positiva entre eles, até porque, conforme referido no primeiro Plano para a integração de imigrantes (2007-2009) estes são “um contributo económico, social e cultural” (p.28-29).

De acordo com o Relatório International Migration Outlook 2020, OECD, os novos fluxos migratórios, colocam uma responsabilidade acrescida nos governos dos vários países de acolhimento, no sentido da necessidade de ampliação do foco das suas políticas de integração, bem como a ação coordenada em todos os domínios políticos, como saúde, trabalho, educação, habitação e ainda a estarem mais atentos aos desafios em áreas de maior concentração geográfica de migrantes, pois estes tendem a viver em bairros vulneráveis, acumulando desvantagens e em condições precárias. Nesse sentido, a própria UNESCO elaborou um documento que visa sobretudo a criação de diretrizes, no sentido de proteger as populações e as comunidades nos países de acolhimento. Este documento

afirma “que le respect de la diversité des cultures, la tolérance, le dialogue et la coopération, dans un climat de confiance et de compréhension mutuelles sont un des meilleurs gages de la paix et de la sécurité internationales (UNESCO 2001, p. 5). Conscientes de que, conforme referido por Neves e Rocha-Trindade (2008), “as migrações e o crescimento dos fluxos migratórios são hoje, paradoxalmente, o resultado quer dos insucessos, quer dos sucessos da globalização” (p. 168), concordamos que “É um discurso completamente diferente que o imigrado precisa de ouvir neste novo século. Precisa que lhe digam por palavras, por atitudes, por decisões políticas: Podereis tornar-vos um de nós plenamente sem deixar de ser vós mesmo.” (Maalouf, 2009, p. 237).

Mais do que nunca, atualmente, “a recentragem da sociedade, como um todo, sobre valores sólidos de referência, assume um papel motor insubstituível da nova ordem social e internacional que está em construção (Carneiro, s/d, p.73). Partilhamos, sem dúvida, da opinião do autor, quando refere que “a modificação profunda dos quadros tradicionais da existência humana coloca-nos perante o dever de compreender melhor o outro, de compreender melhor o mundo. Exigências de compreensão mútua, de entreajuda pacífica e, porque não, de harmonia, são, precisamente, os valores de que o mundo mais carece (p.76). Ideia esta, aliás já salientada por Rocha-Trindade (1993), ao defender o interculturalismo enquanto promotor da cidadania e igualdade, conciliando a intervenção de todos os segmentos sociais, com o objetivo último, “de assegurar a plenitude dos direitos, a igualdade de oportunidades e a reciprocidade de relação para todos os cidadãos, todos os grupos, todas as comunidades” (p. 877). Partilhamos da opinião de Mbembe (2014), quando evidencia que “existe apenas um mundo (...). Este mundo pertence-nos a todos, com igualdade, e todos somos seus herdeiros, apesar das diferentes maneiras de o habitar (...)” (p. 303).

2.2. Diversidade cultural e género

A diversidade cultural manifesta-se “através de símbolos, heróis, rituais e valores, que são problemas comuns, mas de soluções diferentes segundo o país, como a forma de encarar os relacionamentos, a passagem do tempo e o ambiente” (Paiva, Inocente, & Oliveira, 2012, p. 8), ficando evidente nas declarações da UNESCO (2001) a preocupação com o seu

respeito e preservação. Quando falamos de diversidade, falamos de inúmeros aspetos: cultura, língua, personalidade, género, religião, idade...a diversidade, tão característica do ser humano, que o diferencia e enriquece na sua multiplicidade. Barros (2005) refere que “a ocorrência de diferenças no mundo social está atrelada à própria diversidade inerente ao conjunto dos seres humanos, seja no que se refere a características pessoais (sexo, etnia, idade), seja no que se refere a questões externas.” (p.346).

As questões de género estão ligadas à questão cultural por serem algo que diferentemente se percebe em cada cultura, podendo por isso, muitas vezes, contribuir para a origem de estereótipos de género, o que reveste a cultura de uma importância crucial nesse sentido. Ideia esta corroborada por Neto (2002), ao afirmar que “... a cultura parece contribuir mais para variações na ideologia do papel de género do que o género, havendo mais acordo entre homens e mulheres no mesmo grupo cultural que entre homens e mulheres de diferentes grupos culturais” (p. 128). Os seres humanos adquirem assim diferentes papéis de género na sociedade, os quais se definem como “as expectativas partilhadas sobre as qualidades e comportamentos próprios dos indivíduos, em função do seu género socialmente definido. Tais papéis conduzem direta ou indiretamente às diferenças sexuais estereotipadas” (Eagly, 1987 conforme citado em Moreira, 2021, p.24). Tal como apontámos antes, género é, portanto, uma construção, pois um homem não nasce homem, assim como uma mulher não nasce mulher. Torna-se homem ou mulher com o tempo e todos têm possibilidade de escolha, no entanto, condicionada e influenciada pelo ambiente e cultura que os rodeia, que poderá ser diferente da condição atribuída aquando do nascimento, relacionada com o sentimento de identidade (Beauvoir, 1949).

Desde pequenos foram-nos inculcados os mais diversos estereótipos, padrões de referência femininos e masculinos, que podemos, aliás, ainda atualmente visualizar, por exemplo, em determinados filmes da Disney, que enquanto agentes de socialização nos inculcam determinadas crenças, apresentando-nos papéis estereotipados de género. Apresentam-nos uma construção da feminilidade/masculinidade através de imagens “ideais”, sendo que, tudo o que se desvie desses “ideais” é visto como “mal”, realçado com características

negativas, significando “o outro”. Padrões esses que, ao serem-nos inculcidos desde a nascença, e dependendo da cultura e da sociedade em que nos inserimos, podem influenciar positiva ou negativamente a nossa forma de “olhar o/a outro/a”.

Neste sentido, torna-se urgente a reflexão sobre este e outros agentes de socialização, ao enfatizarem o papel da mulher como dedicada à vida doméstica, posição de serventia e submissa ao homem, construindo a “imagem ideal” de feminilidade baseada na submissão, passividade, emoção e ingenuidade, fragilidade, a qual necessita da proteção do homem. Por oposição, a imagem “ideal” do homem é construída de forma agressiva, destemida, poderosa e dominante, sendo enfatizada a sua força, e apresentado como “protetor” da mulher. Neste sentido, Bourdieu (2010) salienta que se as mulheres são “submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, a negá-las (...) os homens também estão prisioneiros, e sem se aperceberem, vítimas da representação dominante” (p.63).

Preconceitos, estereótipos, diversas formas de discriminação e racismo são alguns fatores presentes desde o início da humanidade (Giddens, 2013), uma vez que as sociedades atribuem papéis distintos à mulher e ao homem, com reconhecimento social diferente. Apesar das diferenças entre estereótipos masculinos e femininos serem uma realidade a nível mundial, estas são mais acentuadas nos países social e economicamente menos desenvolvidos, com menor literacia e baixa percentagem de mulheres a frequentar as universidades, o que sugere que o avanço económico e educativo pode reduzir a tendência a perspetivar os homens como sendo mais fortes e ativos que as mulheres. No entanto, o fato destes fatores poderem diminuir esses estereótipos, não são sinónimos da sua eliminação (Neto, 2002). Contudo, e sendo as diferenças ainda notórias, manifestam uma ligeira tendência no sentido da melhoria em termos de igualdade de direitos e de oportunidades ao nível social e laboral, se considerarmos que num tempo não muito distante, a mulher não era reconhecida como um sujeito de pleno direito, tendo um papel invisível (Joaquim, s/d; Calvinho & Ramos, 2014).

Importa neste momento esclarecer que estereótipos se definem como “imagens mentais sobre a realidade, que se interpõem, sob a forma de enviesamento, entre o indivíduo e a realidade” (Lippman, 1992 conforme citado em Cabecinhas, 2002, p.2). São representações

subjetivas e socialmente partilhadas, sobre as características e os comportamentos de grupos humanos, traduzem uma ordem nas relações dos grupos e tendem a visar a perspectiva do grupo dominante (Cabecinhas & Amâncio, 2004). São, no fundo, crenças acerca das características que consideramos que os homens e as mulheres devem possuir. Estas crenças, muitas vezes relacionadas com características físicas e comportamentos ligados às representações sociais, foram – e ainda hoje são – incutidos nas cabeças das crianças e adolescentes, que interiorizam essas ideias pré-concebidas, “levando-as” para a sua idade adulta. Por representações sociais, entenda-se “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2002 conforme citado em Arruda, 2002, p. 138).

Os estereótipos encontram a sua origem em cada um de nós e desde muito cedo, conforme já referido, quando, por exemplo, incutimos às crianças comportamentos que nos foram anteriormente incutidos e que se esperamos que adquiram, em função do sexo, de acordo com cada cultura, sendo definidas atitudes, comportamentos, inclusive, papéis “padrão” considerados apropriados em função do sexo. No entanto, sendo sexo uma característica biológica do indivíduo, contrariamente ao género, que é determinado pela educação, (onde a cultura veicula ideologias), o que na realidade acontece, é uma socialização desigual entre géneros, baseada em precedentes históricos e culturais.

Tal como referido por Ramos (2014), a cultura está no centro daquilo que une ou divide as sociedades contemporâneas, constituindo a gestão da sua diversidade um enriquecimento e ao mesmo tempo uma necessidade para a prevenção de conflitos e promoção do diálogo intercultural, “para afirmação das identidades e dos direitos fundamentais, nomeadamente o direito à diferença, bem como o direito de participação e de cidadania” (pp.227-228). Os direitos individuais devem ser transversais às várias culturas, e o diálogo intercultural torna-se imperativo, sendo a situação ideal aquela em que “... temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (Santos, 1999, p.61).

Capítulo III – O Contexto de São Tomé e Príncipe

O movimento feminista em STP apenas começou a fazer-se sentir após a independência nacional do País conquistada em 1975. Foi então criada uma organização política partidária, a organização da Mulher de São-Tomé e Príncipe (OMSTEP), sendo a primeira organização estruturada de mulheres de STP, que inicialmente tinha como objetivo congregar todas as mulheres são-tomenses. O Presidente da República chamou a atenção para a necessidade de formação política da mulher, como condição imprescindível para a sua emancipação, responsabilidade essa, atribuída à OMSTEP (Santos, 2015).

De entre os vários episódios neste sentido, destacamos dois momentos fulcrais que tiveram influência no movimento feminista em STP. Primeiro, o período colonial antes da independência das ilhas com o legado de escravatura, sem direitos, com segregação racial, sendo um marco histórico o acontecimento de 19 de setembro de 1974, quando um grupo de mulheres percorreu a cidade de São Tomé a exigir a independência das Ilhas, chegando ao Palácio do Governador e insistindo em falar com o próprio, o que viria a acontecer. A “delegação dirigida por Maria do Rosário Barros precisou ao Governador Pires Veloso que Portugal deveria iniciar conversação com o MLSTP a fim de que houvesse a independência total e imediata para STP” (Santos, 2015, p. 26). Este foi o despertar de um movimento feminista, com a reivindicação de alguns direitos que eram cruciais para as mulheres são-tomenses. O segundo momento decorreu em 1995, liderado por Alda do Espírito Santo, e do qual emergiu “a necessidade da criação do Fórum da Mulher São-Tomense (FMS), uma organização que congregava as Associações e ONG femininas de STP, tendo igualmente a participação de pessoas individuais que se identificavam com a causa da defesa dos direitos da mulher” (Sousa, 2021, p. 34).

A igualdade de género uma questão de extrema importância, para a qual urge dar visibilidade, até porque, e no caso específico de São Tomé e Príncipe, país de origem do grupo de jovens que abrangemos nesta pesquisa, apesar da legislação existente nesse sentido, “ainda se está longe de obter a igualdade de género, como alegado em diferentes estudos e em documentos produzidos por instituições de defesa dos direitos das mulheres”

(Sequeira, 2010, p. 9). Situação esta, aliás, partilhada por diversos outros países do continente africano. Apesar da luta das mulheres pela igualdade em termos sociais, em pleno século XXI elas estão ainda sujeitas a valores, padrões e diversas práticas discriminatórias, o que facilmente se pode comprovar pela análise dos índices de violência em que são afetadas ou os indicadores da sua participação na esfera do trabalho e no processo político (Sequeira, 2010).

Tal como refere Barbosa (2018), a sociedade santomense assenta numa construção muito machista e hierárquica em relação ao homem e a mulher, estando socialmente incutida a ideia de que “o lugar da mulher é em casa e do homem nos lugares públicos” (p.9). Num país em que a maior parte da população é feminina, a questão da igualdade e equidade de género torna-se um imperativo fundamental. A posição desfavorecida das mulheres em São Tomé e Príncipe é atribuída, segundo Poeschl, Múrias e Ribeiro (2003) a expectativas tradicionais estereotipadas, partilhadas pelos homens e interiorizadas pelas mulheres, as quais “são difundidas pelos agentes de socialização, nomeadamente, a família, a escola, os media” (p.216).

Para eliminar as desigualdades é preciso quebrar os estereótipos oferecendo, por exemplo, uma melhor educação às raparigas e promulgando legislação contra as discriminações no mundo do trabalho (Connell, 1993 conforme citado em Poeschl et al, 2003, p. 216).

A perspetiva intercultural deverá ser integrada numa perspetiva mais ampla de construção da sociedade e promoção de igualdade de oportunidades, cidadania e direitos humanos, devendo estar no centro do processo educativo e do desenvolvimento humano, social e cultural (Carneiro, s/d; Ramos, 2014).

No entanto, para entender uma cultura diferente não basta apenas ler e informar-se sobre ela, é preciso sentir, vivenciar e refletir (Sebben, 2009). Nesse sentido, Jean-Christophe Carret, Diretor do Banco Mundial para STP, em comunicado à imprensa de 11 de dezembro de 2020, refere que “o empoderamento das meninas é fundamental para um país se desenvolver e traz benefícios de longo prazo para o país e para a sua população” (s/p). Na sua perspetiva, investir nas pessoas é o investimento mais importante que um país pode

fazer. Apesar de nem sempre poder ter resultados imediatos, considera serem as pessoas que promovem o desenvolvimento. Na sua opinião “Impulsionar a prosperidade compartilhada em STP requer aumento do capital humano, atualmente limitado por baixos níveis de aprendizagem e fracos resultados do mercado de trabalho para as mulheres” (World Bank, 2020, s/p).

No plano económico, embora as mulheres em São Tomé e Príncipe sejam mais ativas do que os homens, nomeadamente no sector informal, de acordo com Silva e Fernandes (2021), o seu poder económico é ainda muito pobre, sendo por isso um dos desafios de desenvolvimento “garantir o usufruto igual para homens e mulheres de condições e oportunidades favoráveis para alcançar a autossuficiência” (p.3).

O direito internacional garante os princípios da igualdade, da liberdade e até mesmo o princípio da solidariedade, que diz claramente que todas as pessoas têm de ter igual tratamento. A própria Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, estabelece que,

Sendo STP um Estado de direito democrático, baseado nos direitos fundamentais da pessoa humana, todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de origem social, raça, sexo, tendência política, crença religiosa ou convicção filosófica. A mulher é igual ao homem em direitos e deveres, sendo-lhe assegurada plena participação na vida política, económica, social e cultural, de acordo as disposições constitucionais estabelecidas nos artigos 6.º e 15.º da CRDSTP (Sousa, 2021, p. 37).

Apesar dos Governos, instituições educacionais, organizações não governamentais serem responsáveis pela prevenção de todas as formas de discriminação contra as mulheres, certo é que “nas sociedades contemporâneas, persiste ainda, uma relação de dualidade e desigualdade entre homens e mulheres, transmitida explicitamente ou não, nas mensagens comportamentais e que revela um certo “silêncio” coletivo que a perpetua” (Héritier, 1996; Ferrari; Vecina, 2002 conforme citado em Calvinho & Ramos, 2014, p.47). No caso específico de São Tomé e Príncipe, os estudos que existem sobre esta temática

evidenciam que devem ser tomadas medidas públicas e adotadas normas para ajudar as mulheres são-tomenses, porque o “estado em que está a situação da mulher são-tomense é um pouco deplorável” (Gomes, 2020, p, 259).

É fundamental desenvolver mecanismos regulatórios, inclusive voluntários, que promovam retratos equilibrados e diversificados das mulheres e que promovam uma maior participação de mulheres na produção e na tomada de decisões, combatendo urgentemente as desigualdades e violência doméstica, de que as mulheres são as maiores vítimas. Convém salientar que, quando falamos de violência doméstica, referimo-nos à violência específica de género normalmente dirigida às mulheres, ocorrendo na esfera privada, no seio da família ou entre membros do mesmo agregado familiar, bem como a violência nos relacionamentos interpessoais, incluindo violência íntima por parte do parceiro. De acordo com Indicadores de Desenvolvimento Mundial de 2021, mais de um quarto (26,3 por cento) das mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos em STP relataram ter sido sujeitas a violência física e/ou sexual por parte de um atual ou ex-parceiro íntimo, nos últimos 12 meses, a partir de 2009. Em relação a este tema e, embora muito tenha sido feito para promover os direitos das mulheres em STP nas últimas cinco décadas, os desafios na implementação das leis estão longe de terminar (Martins & Corminales, 2022).

Consideramos crucial permitir o empoderamento das mulheres, definido tão simplesmente por Dewi (2020) como “o processo e as mudanças na capacidade das mulheres de fazer escolhas e controlar recursos em um ambiente onde as escolhas eram anteriormente negadas” (p. 58).

PARTE II – METODOLOGIA

Capítulo IV – Itinerário Metodológico

4.1 Objetivos e questão de partida

4.1.1 Objetivos

Compreender as percepções/representações dos papéis na sociedade, face a homens e mulheres, segundo a perspetiva de um grupo de jovens de S. Tomé e Príncipe que se encontra a estudar num centro de formação profissional, em Portugal, é o grande objetivo geral desta pesquisa.

Como objetivos específicos, foram tidos em conta os seguintes:

- Identificar os papéis sociais que as e os jovens atribuem a mulheres e homens;
- Entender as razões dos comportamentos autoritários, por parte dos jovens do sexo masculino, relativamente às colegas;
- Perceber a subserviência das referidas jovens, face a esses comportamentos de autoritarismo dos seus colegas;
- Compreender quais as questões, do ponto de vista cultural, social e/ou outras que contribuem para tais comportamentos e percepções (e em que medida).
- Conhecer quais as expetativas das/dos jovens, face ao futuro.

Consideramos os referidos objetivos bastante pertinentes, dado tratar-se de uma questão de extrema importância, para a qual urge dar visibilidade e na medida em que “Em São Tomé e Príncipe, os trabalhos de investigação no domínio do género e desenvolvimento são muito escassos” (Santos, 2015, p. 96).

4.1.2. Questão de partida

Almeida (1994) refere que “A questão de partida deve ser clara, exequível e pertinente” (p. 200). Clara, porque se deve ficar a saber em que sentido exato se dirige a investigação. Tem de ser exequível, sendo necessário o equilíbrio entre as condições disponíveis para investigar e o objeto específico que se define. Finalmente, a questão de partida deverá ser

pertinente, porque há questões que, “além de mal formuladas de início, podem ser inatingíveis pela via da investigação” (Almeida, 1994, p.200).

Sabendo de antemão que, de acordo com Quivy & Campenhout (1992), uma investigação é algo que se procura, no presente trabalho de investigação procurou dar-se resposta à seguinte questão de partida, fio condutor da presente pesquisa: Qual o papel da mulher e do homem na sociedade em S. Tomé e Príncipe? Esta foi a pergunta de partida, para a qual se iria tentar encontrar respostas. No entanto, e tendo conhecimento que a delimitação da questão de partida é um processo que começa, inicialmente, com uma ideia vaga, tornando-se, na fase exploratória, cada vez mais precisa, sendo esta uma fase decisiva para a efetividade da pesquisa, a questão inicial foi sujeita a um “estreitamento”, pois foi considerada, de certo modo, demasiado abrangente. Seguindo este raciocínio, surgiu a seguinte questão: O papel da mulher e do homem na sociedade de S. Tomé e Príncipe na perspectiva de quem? Quem irá participar neste estudo? Onde estão e em que condições se encontram os participantes desta nossa investigação? Como com a questão inicialmente estabelecida, não conseguiríamos dar resposta a estas questões, e tendo em conta que os participantes na investigação seriam os jovens acima referidos, procedeu-se à reformulação da nossa questão: Qual o papel da mulher e do homem na sociedade, segundo as perspetivas de um grupo de jovens adultos de S. Tomé e Príncipe, que se encontra a estudar num centro de formação profissional, em Portugal? Esta é a questão de partida, em torno da qual se desenhou a presente investigação, de forma a conseguir dar resposta aos objetivos anteriormente estabelecidos.

4.2. Opções metodológicas

Na presente dissertação optou-se por uma abordagem qualitativa da pesquisa. De acordo com Silvestre e Araújo (s/d), “A abordagem qualitativa começa por definir uma pergunta de investigação primária e embrionária. De seguida, são selecionados e identificados os indivíduos, grupo-alvo da recolha de dados” (p.203). Na pesquisa qualitativa “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p.26).

De acordo com os seus objetivos, trata-se de uma pesquisa de carácter exploratório, sob a forma de estudo de caso. Yin (1988), conforme citado em Carmo e Ferreira, (2008) coloca em evidência que o estudo de caso constitui a estratégia preferida quando se quer responder a questões de “como” ou “porquê”. No estudo de caso utilizam-se diferentes técnicas da recolha de dados, tais como: a observação, a entrevista, a análise documental e o questionário. Os instrumentos de recolha de dados e as técnicas de pesquisa podem ser diferenciadas, variando em função do tipo de pesquisa, dos sujeitos da pesquisa e da intenção da investigação (Kauark et al., 2010).

Para o efeito, este estudo contou com a participação de um grupo de jovens de S. Tomé e Príncipe, que se encontra a frequentar o ensino secundário via profissional, num centro de formação, em Portugal. O fato de exercer a minha atividade profissional na referida instituição, permitiu-me ter uma certa proximidade e facilidade no contacto com os jovens em questão.

4.3. Amostra

De entre o universo de 75 jovens oriundos de STP, que se encontram a estudar num centro de formação profissional, em Portugal, foram entrevistados 21. Para a seleção dos jovens foi previamente consultada a base de dados, por mim elaborada, aquando da sua chegada a Portugal/escola, no exercício das minhas funções, contendo dados sociodemográficos e informações gerais sobre os respetivos agregados familiares em STP. Foram, de seguida, convidados os jovens a participar no presente trabalho de pesquisa, tendo em conta o equilíbrio entre rapazes e raparigas, local de origem em STP (roça/cidade), contando ainda como fator decisivo na seleção, a diversidade de estratos sociais das respetivas famílias, de acordo com as profissões exercidas, sobretudo pelos seus progenitores. Após lhes terem sido prestadas as informações necessárias e esclarecimentos solicitados acerca da investigação em causa, todos os jovens convidados se mostraram interessados em participar.

Trata-se assim, de uma amostragem de conveniência, da qual se poderão obter informações valiosas, apesar de, obviamente, os resultados obtidos não poderem “ser

generalizados à população à qual pertence o grupo de conveniência” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 215),

Os jovens entrevistados situam-se entre os 18 e os 23 anos, sendo 10 do sexo feminino e 11 do sexo masculino. Todos eram detentores do 9º ano de escolaridade, estando, neste momento, prestes a concluir o 12º ano, via profissional. Chegaram ao nosso país, na sua maioria há cerca de 2,5 anos. Antes, em STP, 11 viviam na cidade (6 raparigas e 5 rapazes) e 10 na roça (4 raparigas e 6 rapazes), integrando famílias de diferentes estratos e posições sociais.

De forma a acautelar o anonimato dos/as participantes, os respetivos nomes foram substituídos pela letra “E” (i.e., entrevistado/a), seguida do número da entrevista. De modo a simplificar o processo de análise, foram ainda utilizadas as letras H, referindo-se a Homem; M, significando Mulher; C, caso se trate de alguém oriundo da Cidade e R, se a pessoa em questão é proveniente da Roça, em São Tomé e Príncipe.

4.4. Técnica de recolha e análise de dados

Para a recolha e análise de dados, utilizou-se a pesquisa documental, a observação participante e a entrevista (gravada).

4.4.1 Pesquisa documental

A pesquisa documental, ao longo da presente investigação, teve como objetivo proceder à revisão da literatura, com base em leituras científicas sobre o tema. Foi efetuada em bibliotecas, repositórios abertos e revistas da especialidade e artigos científicos online. Esta técnica foi crucial para a compreensão e evolução do tema em questão, pois “Estudar o que se tem produzido na mesma área é (...) um acto de gestão de informação, indispensável a quem queira introduzir algum valor acrescentado à produção científica existente...” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 73).

4.4.2 Observação participante

“A observação qualitativa é fundamentalmente naturalista; pratica-se no contexto da ocorrência, entre os actores que participam naturalmente na interacção e segue o processo normal da vida quotidiana” (Adler & Adler, 1994 conforme citado em Aires, 2015, p. 25). Os observadores qualitativos não estão limitados por categorias de medida ou de resposta, são livres de pesquisar conceitos e categorias significativas para os sujeitos, sendo a maior virtualidade da observação qualitativa o seu carácter flexível e aberto (Colás, 1992 conforme citado em Aires,2015). Neste sentido, a observação participante foi levada a efeito ao longo da vivência com estes jovens, observando alguns dos seus comportamentos e ações no dia a dia.

Sendo a observação, de acordo com Carmo e Ferreira, (2008, p.110), “um meio indispensável para entender a realidade social”, considero poder afirmar encontrar-me em condições privilegiadas para cumprir este requisito, no presente contexto. Inicialmente, enquanto coordenadora pedagógica dos jovens, e, posteriormente como elemento integrante do Gabinete de Ação Social do Centro de Formação Profissional, onde se encontram a estudar, tive a oportunidade (e o privilégio) de acompanhar e observar estes jovens nos mais diversos contextos, quer em contexto escolar, nas aulas, quer em espaços de convívio, em atividades de lazer, extraescola, em visitas de estudo e mesmo na unidade hoteleira, onde se encontram alojados.

4.4.3. Entrevista

A entrevista é uma das técnicas mais comuns e importantes no estudo e compreensão do ser humano (Aires,2015), sendo utilizada para a recolha de dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, o que permite ao investigador desenvolver, de forma intuitiva, uma ideia sobre a forma como os sujeitos interpretam aspetos do mundo (Bogdan & Biklen, 1994, conforme citado em Carmo & Ferreira, 2008). Recorreu-se à entrevista semiestruturada, a qual segundo Quivy e Campenhoudt (2003), é a mais utilizada em investigação social, pois por um lado, é totalmente aberta e, por outro, não é encaminhada por um grande número de perguntas precisas: “O investigador esforçar-se-á simplesmente

por reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio (...) de forma tão natural quanto possível” (Quivy & Campenhoudt, 2003, pp. 192-193). Para o efeito, elaborou-se o respetivo guião de entrevista (em anexo), no qual constam 17 questões, e que serviu de linha orientadora das mesmas.

Os dados recolhidos foram predominantemente descritivos, tendo sido analisados numa articulação dedutiva e indutiva, articulando teoria e interpretação das informações prestadas nas entrevistas, bem como durante os momentos de observação participante. Foi realizada uma análise interpretativa contrastante: rapazes/raparigas; jovens da roça/jovens da cidade; de famílias de diferentes estratos e posições sociais.

Os temas para interpretação dos dados foram definidos, identificando as diferenças e as semelhanças nas diversas perspetivas dos jovens, com o objetivo de destacar, por um lado, as visões maioritárias, e ao mesmo tempo, também perspetivas mais singulares, mas, contudo, merecedoras de destaque, por apontarem aspetos significativos e de algum modo, peculiares.

A diversidade dos métodos de recolha de material empírico, envolve uma grande minúcia no processo analítico aplicado à informação recolhida. O carácter aberto e flexível desta metodologia, bem como a diversidade de perspetivas entre outros fatores, constituem a dimensão mais complexa da análise da informação (Miles & Huberman, 1994; Tesch, 1987; Colás, 1998 conforme citado em Aires, 2015).

De acordo com Kirk e Miller, (conforme citado em Lessard-Hérbert, Goyete & Boutin, 1994, p.67) “um projeto científico será uma tentativa de objetivação do mundo submetida ao controlo empírico e social, devendo ainda ser observados os princípios da validade e validação, bem como o princípio da fidelidade”. Segundo Gauthier (1987), (conforme citado em Lessard-Hérbert et al., 1994, pp. 68-69) “a preocupação com a validade é, antes de mais, aquela exigência por parte do investigador que procura que os seus dados correspondam estritamente àquilo que pretendem representar, de um modo verdadeiro e autêntico”. Relativamente ao princípio da fidelidade, Kirk e Miller (1986), (conforme citado

em Lessard-Hérbert et al., 1994, p. 80), afirmam que “este se baseia essencialmente em procedimentos de investigação cuja descrição está explícita”. Tendo em conta a relação pré-existente do investigador com os participantes, houve especial cuidado na manutenção destes princípios, ao longo de todas as entrevistas.

Também conforme estipulado no número 1, do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia (UE, 2016) “A proteção das pessoas singulares relativamente ao tratamento de dados pessoais é um direito fundamental. O artigo 8.º, n.º 1, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia («Carta») e o artigo 16.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) estabelecem que todas as pessoas têm direito à proteção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito”. Neste sentido, para a realização das entrevistas, foi pedido o consentimento informado (em anexo) a todos os jovens inquiridos e de forma a acautelar o anonimato dos/as participantes, os respetivos nomes foram substituídos pela letra “E” (i.e., entrevistado/a), seguida do número da entrevista. De modo a simplificar o processo de análise, foram ainda utilizadas as letras H, referindo-se a Homem; M, significando Mulher; C, caso se trate de alguém oriundo da Cidade e R, se a pessoa em questão é proveniente da Roça, em São Tomé e Príncipe. Uma vez que todas as entrevistas, depois de gravadas, foram transcritas na íntegra, foi-lhes ainda proposto assinarem a respetiva transcrição, direito do qual abdicaram.

De acordo com Martins (2008), a metodologia qualitativa, mais do que qualquer outra, levanta questões éticas, devido sobretudo à proximidade entre o pesquisador e os pesquisados. Além disso, e uma vez que “A ética é a ciência que estuda a conduta moral ou a disciplina que trata da avaliação e justificação das normas e padrões do comportamento pessoal e interpessoal” (Karhausen, 1987, p. 25, conforme citado em Ferreira, 2013, p. 169), no presente trabalho, e apesar da relação de relativa proximidade com os jovens, foram levados em conta os devidos procedimentos para que todas as questões de ordem ética fossem cumpridas. Os jovens foram informados sobre a proteção da identidade, garantia de sigilo e confidencialidade, e toda a investigação foi baseada na sinceridade e transparência, pois “(...) no contexto das relações morais da esfera humana com a natureza,

a necessidade de definir uma ética impõe-se, antes de tudo, pela necessidade de definir a relação entre o investigador e o social e justificar o controle e a limitação das suas práticas (Larrère, 1998, p. 105, conforme citado em Ferreira, 2013, p.170).

PARTE III – PESQUISA EMPÍRICA

Capítulo V – Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

5.1. Perfil das e dos jovens

As e os jovens entrevistados situam-se entre os 18 e os 23 anos, 10 do sexo feminino e 11 do sexo masculino. Chegaram ao nosso país na sua maioria há cerca de 2,5 anos, sendo que antes, em STP, 11 viviam na cidade (6 jovens do sexo feminino e 5 do sexo masculino) e 10 na roça (4 jovens do sexo feminino e 6 do sexo masculino), integrando famílias de diferentes estratos e posições sociais, de acordo com a tabela seguinte:

Tabela 5.1
Proveniência dos jovens em STP

	Cidade		Roça	
Sexo	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Nº de jovens	6	5	4	6

Relativamente às suas habilitações académicas à chegada a Portugal, todos eram detentores do 9º ano de escolaridade, estando, neste momento, prestes a concluir o 12º ano, via profissional.

5. 2. Motivos da imigração para Portugal

Maioritariamente referem que vieram para Portugal em busca de melhores condições de vida, exceção feita para uma jovem que terá vindo para Portugal para “*Tratamento de saúde*” (E2-MR). Alguns referem ainda:

“Melhor qualidade de vida, curiosidade, vontade de adquirir novas aprendizagens” (E3-MC);

“É que assim, no meu país, lá não tem assim uma grande...Ya lá, mesmo assim os meus primos e irmão mais velhos que terminaram de estudar, lá não tem uma formação assim pra eles fazer, e eu vim cá pra fazer a formação” (E10-HR);

“Em primeiro lugar eu vim, porque eu queria ajudar meus pais, principalmente o meu pai porque as coisas são Tomé nesse momento não estão fáceis e eu vim mais cedo para procurar melhores condições de vida” (E11-MR)

“O que me levou a vir pra Portugal foi pra ter melhor oportunidade de estudar, melhor oportunidade de vida, porque no meu país não tem assim muita oportunidade para os jovens como eu assim, há muitos jovens que estão formados lá não tem emprego” (E12-MR);

“Bolsa de estudo, eu sempre quis estudar no estrangeiro, porque por exemplo, eu vou explicar, eu acho que nós temos que emigrar pra ter um desenvolvimento pessoal, eeehh, pra enriquecer, eu acho que é isso, na minha opinião, pra ficarmos com uma mente mais aberta, eu nunca quis estudar no meu país, sempre quis estudar no estrangeiro” (E14-MC);

“Vim em busca de desenvolvimento pessoal, pra agregar no meu pais e família” (E15-HR).

Dentro do principal motivo para a imigração dos jovens para Portugal – a busca de melhores condições de vida – podemos identificar alguns aspetos interessantes, como o facto de não haver formação em STP, a falta de emprego e de oportunidades para os jovens no seu país, o quererem ajudar os pais. Aspetos estes corroborados por Barros (2014), quando afirma que em STP “O processo de desenvolvimento tem vindo a ser obstruído por diversos motivos” e que “São Tomé e Príncipe mantém praticamente inalterada a estrutura produtiva herdada do sistema colonial” (p.53).

Um outro motivo, bastante pertinente e curioso é o facto destes jovens apontarem ainda como razão para a imigração, a vontade de ficarem com uma mente mais aberta, através da vivência de novas experiências e uma cultura diferente da sua. Com efeito, importa “evidenciar o papel do migrante, enquanto portador e agente de cultura, atuando como veículo de mudança social e cultural nas sociedades envolvidas, sendo ambas (...) enriquecidas pelos contributos que são transmitidos nos dois sentidos” (Ramos, 2012, p.84).

5.3. Situação familiar e sociodemográfica em São Tomé e Príncipe

Relativamente à situação familiar, antes do seu processo migratório, os jovens em STP viviam, na sua maioria, com familiares, essencialmente pais e irmãos, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 5.2

Agregado familiar dos jovens em STP

Situação familiar em STP	Pais (e irmãos/outros)	Mãe (e irmãos)	Pai (e irmãos)	Sozinho/a
Nº de jovens	12	7	1	1

Quanto à situação socioeconómica, encontramos jovens integrando famílias de diferentes estratos e posições sociais, conforme podemos verificar pelos seguintes argumentos:

“Eu morava com meus pais, 2 irmãos e 1 sobrinho. Meu pai trabalha nas Nações Unidas, em São Tomé e Príncipe, como motorista e minha mãe era jornalista na rádio nacional de São Tomé e Príncipe, minha irmã trabalha como técnica de som na rádio nacional e meu irmão estuda na universidade.” (E3-MC);

“Eu vivia com meus pais e com a minha irmã. O meu pai é arquiteto e minha mãe é dona de casa.” (E4-MC);

“Vivia com os meus pais. O meu pai é médico e a minha mãe estava a estudar.” (E5-HR);

“Eu morava com o meu pai e o meu irmão mais velho. O meu pai trabalhava numa fábrica, a minha mãe nas limpezas e eu e o meu irmão estudávamos.” (E6-HC);

“Vivia com meus pais e irmãos. O meu pai é um agente policial, a minha mãe é agente de saúde e os irmãos, estudantes.” (E7-HC);

“Eu ficava com o meu pai, a minha mãe e meus tios, meus irmãos, meus sobrinhos. A minha mãe, ela trabalhava numa empresa, como servente; a minha irmã mais velha tem uma loja e o meu pai tinha uma empresa.” E10-HR);

“Eu vivia com a minha mãe e tenho 2 irmãos, um mais velho e uma mais nova e também ficava com o meu tio. A minha mãe era cabeleireira, o meu irmão estudava, eu também estudava, nesse caso, todos nós estudávamos. O meu tio também tinha uma fábrica de costura, ele era costureiro.” (E11-MR);

“Eu morava com a minha mãe e as minhas irmãs. As minha irmãs, elas num... quer dizer, tenho uma irmã mais nova e ela trabalhava num café, tipo um café e a minha mãe, ela era contabilista de uma padaria.” (E12-MR);

“Com a minha mãe. Ela tem um negócio próprio, vendia cervejas... e eu estudava”. (E13-MC);

“Com meus pais, minha prima e minha avó, também. O meu pai trabalhava por conta própria, na venda de tinteiros pra máquinas impressoras e minha mãe, ela trabalhava na escola.” (E14-MC);

“Vivia com meu irmão e com a minha mãe. Ele é professor e ela é comerciante.” (E15-HR);

“Eu moro com meus pais e toda a gente, velho, velha, irmão, irmãs, toda a gente...O meu pai, ele dá manutenção num hotel, o hotel onde ele dá manutenção é o hotel praia, dá a manutenção geral no hotel praia. A minha mãe é doméstica, não faz nada.” (E18-HR);

“Eu morava na cidade de Santo António, no distrito de Água Grande, com a minha mãe e meus irmãos e depois na cidade de Trindade, morava com a minha irmã. A minha mãe trabalhava na cozinha, era chef de cozinha. A minha irmã trabalhava num restaurante e a outra era professora e eu estudava.” (E19-MC);

“Eu morava com meu pai, minha mãe e 2 irmãs, uma mais velha e uma mais nova. O meu pai trabalhava com o presidente da assembleia, como secretário e a minha mãe trabalhava como secretária na câmara distrital de Lobato. Eu e as minhas irmãs só estudar, mesmo.” (E21-HR)

Podemos constatar que estes jovens são oriundos de diversas classes e estratos sociais, existindo toda uma diversidade de profissões exercidas pelos seus progenitores.

Encontramos desde médicos, professores, jornalistas, funcionários públicos, agentes policiais, arquitetos, cabeleireiras, serventes, operários fabris, funcionárias de limpeza, cozinheiros, comerciantes, existindo ainda quem tenha negócio próprio. Quanto aos próprios inquiridos, encontravam-se a estudar, em STP.

De salientar que todos os jovens são oriundos de famílias onde existe já um histórico de migração, tendo na sua grande maioria diversos familiares imigrados, sobretudo cá em Portugal, sendo o principal destino de eleição a área metropolitana de Lisboa.

5.4. Igualdade de género

Consideramos que a igualdade de género é um tema não muito debatido por parte da grande maioria destes jovens, sendo um tema com o qual não estão muito familiarizados, em parte pela sua idade e ainda pela falta de informação e debate neste sentido, sentindo-se por esse motivo, um pouco desconfortáveis quando confrontados com as questões da entrevista. A maioria dos jovens expressa uma compreensão superficial da IG, refletindo as suas definições, frequentemente, uma visão básica de que homens e mulheres devem ter os mesmos direitos e oportunidades.

Este é um aspeto transversal a todos os jovens, quer sejam jovens do sexo feminino, quer do sexo masculino, independentemente de serem oriundos da cidade ou da roça, em STP, ou mesmo da sua classe social, pois, na sua maioria, ficam um pouco desconfortáveis, quando questionados sobre este assunto, e limitam-se a responder:

“É, portanto, a igualdade entre homens e Mulheres.” (E1-MC);

“É quando os dois géneros têm os mesmos direitos e deveres.” (E5-HR);

“É quando homens e mulheres são iguais, nenhum é melhor que o outro.” (E6-HC);

“É vermos as outras pessoas como nós mesmo, não ter, não vê pessoas com distinção, nem com diferença nenhum porque todos nós somos iguais ninguém melhor que ninguém. Homens e mulheres são iguais, independentemente do género, todos somos iguais.” (E8-HC);

“Igualdade de gênero, o que é que eu entendo? (risos). Eu acho que é tipo, as pessoas enxergarem as mulheres..., tipo, as pessoas têm muito preconceito com as mulheres, tipo, as mulheres não podem fazer isto, não podem fazer aquilo... então igualdade de gênero eu acho que é as pessoas começarem a enxergar as mulheres como pessoas fortes que podem fazer, coisas igual, como os homens fazem.” (E12-MR);

“Igualdade de gênero é tipo, face ao homem e mulher terem basicamente os mesmos direitos, entre aspas. - Porquê entre aspas? Porque na minha opinião homens e mulheres, eles nunca irão ter os mesmos direitos, porque os homens exercem a maioria das profissões de esforço e as mulheres ficam mais com as áreas de psicologia, essas áreas mais de burocracia, falar e essas coisas assim.” (E16-HR);

(Risos) “Eu acho que homem e mulher deve ter os mesmos direitos, porque tem homem que acha que só por ser homem, tá mais em cima que mulher.” (E20-MR);

“Igualdade de gênero tem a ver com direitos iguais entre homens e mulheres, mais ou menos isso.” (E21-HR);

“Eu acho que é direitos iguais para homens e mulheres.” E14-MR);

No entanto, (poucos) jovens demonstram uma compreensão mais madura e progressista da igualdade de gênero, associando-a à existência de oportunidades iguais em todas as áreas e reconhecem a necessidade de combater estereótipos e discriminação:

“Igualdade de gênero é oferecer ou proporcionar as mesmas oportunidades para homens e mulheres, seja de trabalho ou de salário.” (E3-MC);

“Igualdade de gênero é quando numa sociedade, homens e mulheres gozem das mesma oportunidades, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas.” (E4-MC)

Quanto à opinião dos jovens sobre a IG, apesar de majoritariamente concordarem, existem 6 que não têm uma opinião completamente favorável. Destes, 4 são jovens do sexo masculino, oriundos da roça, em STP e 2 jovens do sexo feminino, habitantes da cidade.

Os resultados da opinião dos inquiridos relativamente à IG, encontram-se refletidos na seguinte tabela:

Tabela 5.3

Igualdade de Género: Sim ou não?

Entrevistas	Concordo (Sim)	Não concordo (Não)	Concordo parcialmente
E1-MC	X		
E2-MR	X		
E3-MC	X		
E4-MC			X
E5-HR			X
E6-HC	X		
E7-HC	X		
E8-HC	X		
E9-HC	X		
E10-HR	X		
E11-MR	X		
E12-MR	X		
E13-MC	X		
E14-MC	X		
E15-HR			X
E16-HR			X
E17-HC	X		
E18-HR		X	
E19-MC			X
E20-MR	X		
E21-HR			X
TOTAIS	14	1	6

Relativamente aos que concordam parcialmente com a IG, os jovens justificam a sua opinião essencialmente com fatores biológicos, inerentes à própria natureza física da mulher e do homem. Na sua opinião existem profissões próprias para homens, que implicam o uso de maior força física, como é o caso do trabalho nas obras, destinando-se às mulheres as mais leves. Um dos jovens (E16-HR) ressalta ainda a questão salarial, como fator diferenciador. De salientar, contudo, que de entre os inquiridos que não concorda ou que concorda apenas parcialmente com a IG, 5 são jovens do sexo masculino, provenientes da roça, por oposição a apenas 2 jovens do sexo feminino, oriundas da cidade:

“Sim, mas tem tarefas que realmente só homens devem fazer. Por exemplo aquelas em que é preciso ter mais força.” E4-MC);

“Eu concordo, mas só não concordo com essa igualdade de gênero em todo o sentido da existência, isso seria uma observação fora da realidade, porque acho que sempre vai haver distinção entre homem e mulher e sempre vai haver tarefas e empregos que têm mais a haver com o homem e outros com a mulher.” (E15-HR);

“Às vezes não, às vezes sim. Mas hoje em dia até que faz sentido a igualdade de gênero. Há coisas que antes a mulher não devia fazer e hoje ela faz e há coisas que mulher não faz mesmo, que não faz sentido, que não fica bem. Tipo, trabalhar na obra, é difícil encontrar uma mulher a trabalhar na obra e essas cenas, é difícil.” E21-HR).

“Concordo, mas não em tudo. Por exemplo, se uma mulher ganhar mais que o homem, acho que ele vai ficar numa posição desconfortável, porque ela vai-se achar acima dele, superior.” (E16-HR);

Uma jovem destaca o papel da maternidade como um fator que justifica parcialmente a não concordância com a IG. Ela argumenta que certas atividades não são apropriadas para mulheres com base em considerações biológicas e culturais:

“Não muito. Algumas partes sim, outras não. A parte que eu concordo um pouco é que a mulher também tem que ter direito de ir em busca de trabalho, de uma estabilidade também, não estar submissa ao homem. Mas eu também não concordo porque muitas mulheres estão a exagerar. Estão a pegar isso e homem pode, eu também posso e estão a querer fazer muitas coisas que nós não deveríamos fazer. Por exemplo, em termos de trabalhar na obra ou ir pra noite sempre, tipo, eu acho que isso mulher não pode, porque mulher, é da natureza, tipo, mulher tem o período menstrual, que ela não pode estar com cabeça nesse reino, ela vai dar à luz a uma criança, ela não tem que tar a consumir bebidas alcoólicas como um homem consome, porque isso também vai afetar ela muito. É por isso que eu não concordo muito.” (E19-MC).

O único participante que se revela completamente contra a IG, baseia a sua opinião no argumento da força física inerente ao homem, atrás referido. No entanto, vai mais além, ao referir a própria cultura santomense:

“Bem, eu não concordo. Dizem que homem e mulher tem direito à mesma coisa e isso eu não concordo, porque tem algumas coisas que o homem faz e que a mulher não consegue e também, e tem também alguns, bem, tem serviços que é apropriado pra mulher, por exemplo, casa, porque o homem já foi definido [pela cultura] que é pra aguentar coisa pesada, coisa que mulher não consegue.” “...é assim em São Tomé.” (E18-HR).

Em síntese, enquanto a maioria dos jovens concorda com a igualdade de género, há uma minoria que expressa opiniões parciais ou contrárias, mantendo ainda estereótipos de género tradicionais, argumentando que existem profissões ou tarefas mais adequadas para homens ou mulheres com base em características biológicas e/ou culturais. Estes resultados indicam a presença de desafios significativos na promoção da igualdade de género em São Tomé e Príncipe, incluindo a persistência de estereótipos de género, falta de familiaridade e resistência baseada em concepções culturais.

Quisemos ainda saber se os participantes consideravam que a IG é efetivamente praticada em STP, ou se é algo que apenas existe “nas leis” (questão 8). A tabela seguinte apresenta os resultados obtidos, nos quais alguns jovens expressam dúvidas e ressalvas, argumentando que, apesar das leis existentes, as distinções de género persistem na prática.

Tabela 5.4

IG: É ou não praticada em STP?

Entrevistas	Sim	Não (Apenas existe “nas leis”)	Parcialmente
E1-MC	X		
E2-MR		X	
E3-MC			X
E4-MC		X	
E5-HR			X
E6-HC		X	
E7-HC		X	
E8-HC	X		
E9-HC			X
E10-HR			X
E11-MR		X	
E12-MR		X	
E13-MC		X	
E14-MC		X	
E15-HR			X
E16-HR		X	
E17-HC		X	
E18-HR		X	
E19-MC		X	
E20-MR		X	
E21-HR		X	
TOTAIS	2	14	5

MC-Mulher da Cidade/ MR-Mulher da Roça/ HC-Homem da Cidade/HR-Homem da Roça.

Dos 21 jovens inquiridos, 66,6% (14) considera não existir realmente IG em STP, e que se trata de algo que existe apenas “nas leis”, refletindo uma percepção generalizada de que as

leis existentes não se traduzem plenamente na realidade social. Destes, e conforme se pode verificar na tabela anterior, 8 são do sexo feminino (4 da roça e 4 da cidade) e 6 do sexo masculino (3 da roça e 3 da cidade). Para melhor compreender a sua posição, atentemos nos seus argumentos:

“É algo que apenas existe nas leis, porque não é isso que acontece. Os homens continuam a tratar as mulheres como se eles fossem superiores e elas é que tem que fazer tudo em casa.” (E2-MR);

“Penso que é algo que apenas existe nas leis, porque em algumas situações de vida, a igualdade não existe na sociedade. Por exemplo, normalmente o homem é que pode ter um trabalho e a mulher tem que ficar em casa a cuidar dos filhos, do marido e da casa.” (E6-HC)

“Não, não é praticada não, lá ainda tem muito preconceito. Tipo uma mulher, as pessoas que trabalham com lixeira, por exemplo, uma mulher não pode fazer esse trabalho, porque é considerado trabalho pra homens e uma mulher também em São Tomé, uma mulher não pode trabalhar na construção civil, porque é trabalho de homem. Tem também algumas pessoas que acham normal, mas tem outras pessoas que não acham normal por exemplo os homens lavarem, cozinharem, essas coisas...” (E12-MR);

“Só existe praticamente nas leis, porque embora seja praticado na sociedade é muito pouco, porque eu ainda acho que em São Tomé a maioria de homens e mulheres também, têm esse pensamento que mulheres têm que estar sujeitas ao homem e tem coisas que o homem faz e que mulheres não podem fazer. Mas, como a maior parte das mulheres estão a emigrar, e os homens também, esse pensamento já está a começar a mudar. Por exemplo, mecânico, carpinteiro, motoristas, motoqueiro, lá é muito raro ver uma mulher nessas profissões.” (E14-MC);

“Pra mim, só existe nas leis mesmo, tipo, tenta-se aplicar de alguma forma e não sei quê, mas é mesmo só no papel, eu acho, essa é minha opinião. Porque por exemplo, tentam colocar as mulheres nas obras, só que nas obras é um bocado difícil pra elas adaptarem, mas é complicado e automaticamente elas são despachadas, só uma ou duas, assim é que

têm um bocado de resistência, e é que conseguem ficar. Tentam colocar mulheres nas hortas e dá certo, porque homens e mulheres, eles conseguem. Na minha opinião, tipo igualdade de gênero lá em São Tomé, existe um bocadiinho. Tem mulheres em altos cargos e assim, mas a maioria dessas mulheres são estrangeiras.” (E16-HR);

“Em São Tomé? Em São Tomé não é praticada, mas eu vejo que as mulheres lá em São Tomé lutam muito pra isso, mais cedo ou mais tarde, isso vai acontecer, porque eu vejo que as mulheres lá, tipo, as mulheres estão a superar o homem, em São Tomé.” (E17-HC);

“Em São Tomé? Só existe na lei, porque em ST a maioria dos homens, tipo, aqueles que trabalham não vão querer que as suas mulheres trabalhem e a mulher fica em casa a cuidar dos filhos. A mulher tem que estar como naquela época em que era dona de casa e cuidava dos filhos, tem alguns homens que ainda pensam assim, em ST. A maioria das mães criam as crianças praticamente sozinhas, porque os pais dá a barriga e baza. Então..., grande parte das mulheres vive sem marido, sem homem. Eles engravidam as mulheres e bazam e elas ficam a criar os filhos. Por aí, já não há igualdade.” (E19-MC);

“Só existe nas leis, porque em STP maioria das mulheres depende dos homens e são submissas, posso assim dizer. Elas dependem dos homens em termos de alimentação, financeiros, porque elas não trabalham fora. Na maior parte da população é o homem que trabalha, a mulher só fica em casa a cuidar da casa e filhos.” (E20-MR);

“Em São Tomé? Apenas existe na lei, porque em ST o homem é superior à mulher, tipo, isso já é da cultura, os homens mandam na mulher, é isso. - E podes dar-me exemplos? (Risos) Tipo, como eu posso explicar isso? Tipo, eu tou com uma mulher e eu mando nela, ela é minha mulher e ela só tem que fazer aquilo que eu quero, é mais ou menos assim. Ela não tem esse direito de... se eu disser: faz isso, ela vai fazer isso. E se ela não fizer, há casos em que pode haver briga.” (E21-HR).

Como vimos, estes jovens, baseiam a sua opinião em diversos fatores, desde o preconceito existente (E12-MR), à justificação da mulher não poder ter um trabalho, por ter de ficar em casa a tomar conta do marido e dos filhos (E6-HC), à submissão da mulher relativamente ao homem, havendo mesmo casos de violência doméstica caso a mulher não obedeça ao

marido (E21-HR) e ainda ao facto de, normalmente a maioria das mulheres criarem os filhos sozinhas (E19-MC). Existe ainda uma visão muito tradicionalista, em que o homem é sinónimo de força, estando a mulher associada à maternidade. Isto revela a imagem estereotipada do papel feminino e masculino, com base em atributos que são idealizados. Há uma representação dominante que ainda não foi desconstruída, prevalecendo ainda estereótipos que se perpetuam, quer pela educação sexista que se incute às crianças, quer pela música e outras manifestações culturais veiculadas socialmente, por diversos meios de comunicação (Santos, 2015).

Os jovens fundamentam sua posição utilizando argumentos como o preconceito de género persistente, a submissão da mulher ao homem, a divisão tradicional de papéis e a resistência a mudanças nas normas culturais. Alguns mencionam casos de violência doméstica e a falta de aceitação de mulheres em certas profissões. A resistência a mudanças nas normas culturais é um tema recorrente nas respostas. Alguns jovens destacam que a igualdade de género está associada a uma minoria progressista, enquanto a maioria mantém visões tradicionais sobre os papéis de homens e mulheres.

Esta análise revela uma consciência generalizada de que a igualdade de género, embora esteja presente nas leis, ainda enfrenta obstáculos significativos na prática em São Tomé e Príncipe, muitos dos quais estão enraizados em normas culturais e tradicionais. No entanto, tal como alguns jovens, acreditamos na possibilidade de vislumbrar o seu fim a longo prazo, através do contacto das novas gerações, com outras culturas que lhes permita reforçar a ideia de uma base mais igualitária entre as pessoas, contribuindo para mudanças nas perceções sobre a IG. Neste sentido, alguns dos inquiridos expressam otimismo em relação às gerações futuras, considerando que podem desafiar normas culturais mais rigidamente:

“...como a maior parte estão a emigrar, (...) esse pensamento vai mudar, (...) em São Tomé eu conto com as gerações novas, gerações futuras, é isso que eu conto com elas, porque os antigos ainda não entendem esse pensamento” (E14-MC).

Apesar de 2 jovens, 1 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, ambos provenientes da cidade, dizerem que há efetivamente IG em STP, não apresentam justificação, e a própria

forma como responderam, demonstrando hesitação e uma certa insegurança, não nos pareceram, de todo, convencidos das suas respostas:

“Acho que nós praticamos sim...” (E1-MC);

“... pra ser sincero, no início, havia uma diferença nisso, mas já com a evolução das mulheres na sociedade, trabalho, agora está tudo igual, homens e mulheres é igual...” (E8-HC).

Existem ainda 5 participantes, 1 do sexo feminino, (oriunda da cidade) e 4 do sexo masculino, (1 proveniente da cidade e 3 da roça), que se mostraram divididos e consideram que a IG é praticada em STP, mas apenas parcialmente, alegando por um lado, que a IG tem vindo recentemente a ser cada vez mais praticada, mas por outro, há também quem refira que é apenas por uma minoria da população santomense, vivendo a maioria ainda de forma tradicional:

“Sim e não. Em São Tomé os homens são, na sua maioria, machistas e se acham superiores e muitas mulheres, infelizmente, acham que devem ser submissas dos maridos. Muito recentemente é que algumas mulheres têm aberto seus olhos e se posicionarem e deixar de lado esse tabu.” (E3-MC);

“Eu acho que em São Tomé a igualdade de género já existe, mas não é em grande parte da população, porque a maior parte ainda vive de forma tradicional. A mulher fica em casa, com os filhos e o homem vai trabalhar e prover para a família.” (E5-HR);

Vários comentários destacam a resistência masculina à igualdade de género, citando a ideia de que os homens veem as mulheres como submissas e não apoiam totalmente a participação feminina em determinadas atividades:

“Pra algumas pessoas sim, mas a maioria não. A maioria das pessoas em São Tomé ainda tem aquela ideia de que os homens é que mandam e as mulheres tem que ficar em casa a lavar, a cozinhar e etc.” (E9-HC);

“100% não, porque há homem que vai querer estar em cima, porque já que eles fazem mais trabalho e mulher fica dona de casa e muitos homens não vão querer a mulher deles a

trabalhar, porque assim acham que mandam nelas. Eu penso que, tipo, isso não é igualdade de gênero.” (E10-HR);

“Na realidade, é muito pouco praticada, mas no decorrer dos anos tem vindo a aumentar essa prática.” (E15-HR).

A tabela, da página seguinte, ilustra a opinião dos entrevistados sobre se consideram ou não a mulher e o homem de STP preparados para a IG e se a própria cultura daquele país é ou não favorável a esta igualdade.

Tabela 5.5

Igualdade de Gênero STP – Mulheres/Homens/Cultura

	Mulheres STP preparadas para a IG			Homens de STP preparados para a IG			Cultura STP favorável à IG		
	Sim	Não	Algumas	Sim	Não	Alguns	Sim	Não	Em mudança
E1-MC		X				X		X	
E2-MR		X			X			X	
E3-MC		X			X			X	
E4-MC	X			X			X		
E5-HR		X				X	X		
E6-HC	X				X			X	
E7-HC	X					X		X	
E8-HC	X					X	X		
E9-HC			X		X			X	
E10-HR	X				X			X	
E11-MR	X				X			X	
E12-MR			X		X			X	
E13-MC	X				X			X	
E14-MC			X		X			X	
E15-HR			X		X			X	
E16-HR			X		X				X
E17-HC			X		X				X
E18-HR		X			X			X	
E19-MC			X			X		X	
E20-MR			X		X			X	
E21-HR	X				X				X
TOTAIS	8	5	8	1	15	5	3	15	3

Amarelo (MC-Mulher da Cidade)/Laranja (MR-Mulher da Roça)/Azul claro (HC-Homem da Cidade)/Azul escuro(HR-Homem da Roça).

Destacamos que, dos 21 jovens inquiridos, 8 (5 jovens do sexo masculino – 3 da cidade e 2 da roça, e 3 do sexo feminino – 2 da cidade e 1 da roça) são de opinião de que as mulheres em STP estão preparadas para a IG, sobretudo porque não querem depender

economicamente do marido. Há uma percepção de que as mulheres estão a desafiar as normas tradicionais ao buscar independência financeira e se envolverem em atividades para além das responsabilidades domésticas:

“Sim, porque as mulheres querem ser independentes.” (E4-MC);

“Sim, porque elas querem ser independentes e ter o seu trabalho e o seu dinheiro, para não estarem a depender do marido.” (E6-HC);

“Sim, porque é isso que elas querem, como está, elas é que estão em baixo, por isso, sim, acho que estão.” (E7-HC);

“Acredito que foi um desafio muito grande pra elas poder alcança o ponto que estão agora, mas acredito que estão preparadas, porque é isso que elas querem e muitas das vezes, muitos homens também torcem pra isso.” (E8-HC);

“Estão sim, estão, porque elas mesmas têm vontade de trabalhar para ajudar na casa e nas outras coisas.” (E10-HR);

“Creio que sim, porque é isso que nós, mulheres, queremos, igualdade de género.” (E11-MR);

Sim, porque tem mulheres, mães solteiras, têm que fazer tudo sozinhas. Eu acho que estão.” (E13-MC);

“Sim, porque é o que elas querem...” (E21-HR)

Por oposição, temos o caso dos homens, em que apenas 1 jovem (do sexo feminino, oriunda da cidade), considera estarem preparados:

“Sim, porque acho que com a evolução as pessoas estão mais abertas com novas experiências” (E4-MC).

Por outro lado, apenas 5 jovens (3 do sexo feminino - 2 da cidade e 1 da roça e 2 do sexo masculino, da roça) consideram que as mulheres em STP não estão preparadas para a IG,

fundamentando a sua opinião sobretudo em fatores de cariz cultural e ainda no medo que as mulheres sentem em relação aos homens:

“Não, porque as mulheres já tão habituadas assim e tem medo dos homens...” (E1-MC);

“Não, porque muitas mulheres ainda acham que só os homens podem tudo e muitos são contra mulheres que comportam igual aos homens.” (E2-MR);

“Não, porque foi deixada como cultura as mulheres servirem e serem submissas aos homens, pois as nossas mães, e sobretudo nossas avós viveram desse jeito e por isso, muito tempo foi assim.” (E3-MC);

“Não, porque a maior parte delas estão habituadas a arranjar um marido e deixar que ele lhe sustente.” (E5-HR);

“Não, porque (...) lá, em São Tomé não, tipo elas não têm como fazer nada e então ficam em casa. Lá o lugar do homem assim fica mais fácil, porque... lá já tem qualquer coisa que é pro homem fazer, enquanto mulher fica em casa, já é assim e é assim que tem que ser...” (E18-HR);

A grande maioria dos jovens (15), e é de opinião de que os homens em STP não estão preparados para a IG. Destes 15 jovens, 7 são do sexo feminino (4 da roça e 3 da cidade) e 8 do sexo masculino (5 da roça e 3 da cidade), e apontam sobretudo o machismo dos homens de STP, o facto de se considerarem superiores às mulheres, e a própria mentalidade das pessoas, principalmente das gerações mais antigas, como obstáculos à preparação dos homens:

“Não, porque eles ainda são machistas, quer dizer, a maioria deles.” (E2-MR);

“Não, (...) os homens em São Tomé são, na sua maioria, machistas e se acham superiores e se houvesse a igualdade entre mulheres e homens 100 por cento, acredito que haveria muito mais feminicídio no país.” (E3-MC);

“Sinceramente, acho que não, por causa de alguns ainda terem em mente de que a mulher é só uma dona de casa.” (E6-HC);

“Não, acho que não, porque lá as pessoas são muito tapadas, tipo mentalidade fechada. Há pessoas que não, mas principalmente as pessoas mais antigas tem muito essa mentalidade.” (E12-MR);

“Os homens? Não, na minha opinião, com a mentalidade que...quando eu saí de São Tomé, o que eu vivia, o que eu via mesmo é que tipo, uma boa parte não estava preparado, eles dizem que mulher não tem força, mulher não tem quê, mulher não tem não sei quê, não tem músculo e homem precisa de músculo pra carregar coisas pesadas e assim. Na minha opinião, eles não estão preparados.” (E16-HR);

“Não, porque lá as pessoas estão com a mente atrasada ainda, fechada.” (E18-HR);

“Acho que não. (Risos). Eu acho que eles não iam aceitar tipo igualdade de género, tipo, verem a mulher no mesmo nível que eles, acho que não, porque acho que há muito machismo.” (E20-MR);

Há ainda 8 participantes que consideram haver apenas algumas mulheres preparadas e 5, no que se refere aos homens, ou seja, que apenas alguns estão preparados para a IG, em STP.

Quanto à própria cultura santomense, a grande maioria dos jovens considera não ser favorável à IG. São 15 jovens que argumentam nesse sentido, sendo 9 do sexo feminino (5 da cidade e 4 da roça) e 6 do sexo masculino (3 da cidade e 3 da roça). São de opinião que a mentalidade de que o homem é superior à mulher está já bastante enraizada em STP, inclusive nas próprias tradições culturais, sendo algo que passa de geração em geração e bastante difícil de ultrapassar, até porque é algo que se incute desde muito cedo, aos mais novos, conforme podemos verificar nos seus argumentos:

“Não, porque lá, mulher tem que fica em casa e homem tem que trabalhar. Já está assim na nossa mente.” (E1-MC);

“Não, porque a nossa cultura nos implementa, desde cedo, que o homem é superior à mulher; que a mulher deve ser sempre submissa aos homens e que os homens podem tudo e a mulher não.” (E2-MR);

“Não, existem algumas tradições, música, dança, em São Tomé. que só podem ser praticadas por homens, como o tchiloli, dança congo, tragédia, mas não existe nenhuma em que a mulher pratica sem a presença do homem, e o mal começa a partir daí.” (E3-MC);

“Não, porque a mulher tem que ficar em casa e o homem é que sustenta a casa e é ele que manda na família.” (E6-HC);

“Não muito, porque, na maioria, aquilo que os nossos pais e os nossos avós nos transmitem é que homem ocupa um lugar na sociedade, a trabalhar, a prover para a família, a tomar conta, e a mulher fica em casa, a cuidar dos filhos. E que homem é que é chefe de família, é quem manda, por isso acho que a cultura em São Tomé é essa.” (E7-HC);

“Eu acho que não. O homem é o homem e o lugar da mulher é diferente, é mais pra família, pros filhos e o homem é quem tem que trabalhar, não a mulher. É assim, culturalmente, na maioria, em São Tomé.” (E15-HR);

“Não, não é, (...) já tá definido culturalmente o que a mulher é pra ficar em casa e o homem pra trabalhar, homem e mulher não é igual.” (E18-HR);

“Acho que dificulta”. (Risos-pouco à vontade com o tema) “Yha, tipo, em São Tomé se alguma vizinha vê menina na rua a conversar com algum menino, já vai dizer mãe que viu filha namorar, quer dizer não pode ter assim amizade de homem, já vai dizer que é namorado e ela já vai apanhar.” (E20-MR).

A percepção geral é de que a cultura santomense impõe papéis de género tradicionais, onde as mulheres são vistas como submissas e destinadas a assumir responsabilidades domésticas, enquanto os homens são considerados os provedores e líderes da família. Uma jovem ainda que refere que a culpa é, em parte, das próprias mulheres, precisamente por continuarem a educar os filhos dessa forma:

“Acho que não (...) Porque as gerações antigas ainda têm muito enraizada a ideia de que a mulher é menos que o homem e que deve ser submissa ao homem. Na cultura, ainda está tudo muito a favor do homem, eles é que têm os direitos todos, porque eles é que mandam, e a mulher não... Numa parte, eu acho que isso é culpa das mulheres, sabe? Porque quando começamos a educar nossos filhos, já deveríamos já a mostrar pra eles que ele e ela podem fazer as mesmas coisas. Eu já não falo só em São Tomé, falo mesmo ao nível de África, nem em todas as casas, né, mas na maioria, mãe já ensina as meninas a cozinhar, desde cedo, ou mesmo a lavar roupa, a fazerem o trabalho doméstico, e tudo isso, mas não ensina aos rapazes as mesmas funções que ensina às meninas e os rapazes já ficam com esse pensamento que as mulheres têm que ficar a fazer trabalhos e eles não fazem nada, mas não, se as mães, se nós, as mulheres, educássemos os nossos filhos de que mulheres e homens têm que fazer as mesmas coisas, eu acho que o pensamento da maioria dos homens não seria assim. Porque eu acho que é a partir disso que os homens ficam a pensar que as mulheres são submissas, mas não e a maioria dos homens ficam a pensar que as mulheres, as esposas são mães deles, mas não, nós não somos mães deles, nós somos companheira, amiga, e outras coisas por aí mais, mas não mãe.” (E14-MC);

Por sua vez, 3 jovens afirmam que a cultura em STP é favorável à IG, *“(...) porque agora a mente das pessoas está mais aberta e a faixa etária em São Tomé, na sua maioria, é de jovem” (E4-MC)*. É ainda referido que *“(...) os santomenses estão mais compreensivos e conscientes que, pra evoluir, tem que ter algumas mudanças” (E5-HR)*.

Um destes participantes justifica a sua opinião com o exemplo da sua própria mãe, a qual *“(...) é pedreira, a minha mãe trabalha na obra e minha mãe dá formação, faz isto e aquilo e as pessoas a quem ela dá formação não olham ela como uma visão que, tipo de ver se é homem ou não, mas aceita isso normal, como se fosse homem, por isso que eu não vejo distinção nisso e acredito que muitas pessoas também não veem distinção nenhuma.” (E8-HC)*.

Finalmente, temos ainda 3 jovens que são de opinião que embora a cultura não seja favorável à IG, está a evoluir nesse sentido, uma vez que as mulheres atualmente já têm oportunidade de assumir cargos que lhes eram anteriormente vedados, por exemplo, na

vida política, facto também evidenciado por Sequeira, ao afirmar que “em São Tomé e Príncipe o nível de participação feminina na política é cada vez mais crescente ...” (Sequeira, 2010, p.36).

Apesar da sociedade santomense não atribuir, culturalmente, valores iguais à mulher e ao homem (Santos, 2015), desde a conquista da independência, em 1975, que emergiram diversos movimentos feministas, tentando promover a igual condição da mulher e uma sociedade mais igualitária nesse sentido. A organização da Mulher de São Tomé e Príncipe (OMSTEP), liderada por Alda Espírito Santo, foi a primeira organização com o objetivo de juntar todas as mulheres de STP e integrá-las no desenvolvimento nacional, pelo que assumiu especial importância e sobre a qual recaíram enormes expectativas. Foram, entretanto, surgindo várias organizações da sociedade civil, e criadas diversas ONG's a partir dos anos 80, num contexto de progressivas dificuldades económicas (De Sousa, 2021). Em 1996, “sob a direção de Alda do Espírito Santo, foi criado o Fórum das Mulheres de São Tomé e Príncipe, como uma agremiação das Associações e ONG femininas de São Tomé e Príncipe e também pessoas individuais que quisessem fazer parte” (Santos, 2015, p.45). Existem atualmente diversas ONG de mulheres bastante ativas no domínio da igualdade, tais como a “Associação Santomense de Mulheres Juristas (2009), a Plataforma dos Direitos Humanos e Equidade de Género (2015), a SOS Mulher (2016), a Mama Catxina (2019)” (Sousa, 2021, p.22). No entanto, “a falta de liderança, de objetivos claros, de discussão e diálogo internos têm constituído alguns bloqueios ao funcionamento das mesmas” (Santos, 2015, p. 145).

Contudo, e não obstante todas as dificuldades no sentido de eliminar a disparidade legal de género, STP nos últimos 52 anos fez progressos consideráveis nesse sentido. Para o efeito, contou com diversos fatores, incluindo o impulso sociopolítico após a independência, em meados da década de 1970, e a democratização na década de 1990, que permitiram a introdução de tais reformas, as quais resultaram num aumento impressionante na pontuação média do país no Índice Mulheres, Negócios e Direito (WBL), de 18,8 em 1970, para 83,1 em 2021. A participação ativa das mulheres na vida pública de STP, desde antes da sua independência de Portugal, foi sem dúvida, crucial para colocar os

direitos das mulheres em primeiro plano (Martins & Corminales, 2022). Estes progressos na evolução da cultura de STP, em direção à IG são sentidas por alguns dos jovens participantes, pelo que argumentam:

“Não é, mas está-se a tornar, tipo, há alguns anos atrás, não havia apoio, tipo a mulher tentava entrar na obra e não apoiavam, tentava entrar numa oficina mecânica e não apoiavam. Agora, tenta entrar na obra e tipo, eles dão oportunidade a ela. Ela pode tentar uma semana à experiência e se gostar, pode ficar. É por isso que não era, mas agora está-se a tornar.” (E16-HR);

“Até agora, acho que não era muito, mas agora acho que já começa a ser mais favorável e já começamos a ver mulheres até mesmo na política e noutros cargos, que até agora eram só ocupados por homens.” (E17-HC);

“É favorável, agora, nesses últimos tempos a mulher já está a ter direito, a ter acesso a coisas que não tinha antes, devido a esse regime. Tipo, como posso explicar isso? Tipo, antes as mulheres não tinham esse direito, agora elas já discutem pelos seus direitos, já não aceitam isso mais e vão em busca das coisas. Antes, não tinham como se fazer ouvir.” (E21-HR).

Esta análise reflete uma perceção generalizada de desafios significativos para alcançar a IG em STP, especialmente devido à resistência cultural enraizada. Enquanto alguns veem sinais de evolução, a maioria destaca a persistência de papéis de género tradicionais e atitudes machistas entre os homens, apontando para a necessidade de uma transformação cultural mais profunda.

Quando questionados sobre qual consideram que deverá ser o papel da mulher e do homem na sociedade (questão 12), a grande maioria (17) concorda que devem ter papéis iguais, no sentido de terem liberdade de opção, pois *“cada um deve escolher o seu papel na sociedade e fazer aquilo com que se sinta bem, independentemente de ser homem ou mulher.”* (E6-HC), uma vez que *“os dois têm a mesma capacidade de fazer as mesmas coisas, portanto acho que o papel deles deve ser o mesmo (...).”* (E13-MC).

No entanto, os restantes 4 inquiridos, jovens do sexo masculino, oriundos da roça de STP não têm a mesma opinião, pois consideram que:

“O papel do homem na sociedade é de cuidar, proteger e prover para a sua família, isso é, mulher e filhos e o da mulher é de dar à luz, educar e cuidar das crianças, além de dar o máximo apoio para seu marido. Não estou a dizer que as mulheres não podem trabalhar, mas que esse é o principal papel da mulher na sociedade.” (E5-HR);

“(...) homem e mulher podem ter direitos iguais numa sociedade, mas até um certo ponto. Quer queiramos, quer não, homem é sempre homem e mulher tem que respeitar.” (E15-HR);

“Homem é sempre mesmo o macho de casa, é tipo alfa, é tipo como os lobos, os cães e assim. Homem é quem tem que puxar comida, a mulher tá em casa, mesmo pra apoiar, ela só tá em casa, tipo a mulher só tá em casa. Ela tá mesmo com o homem, é tipo um apoio, pra apoiar, (...) mesmo pra apoiar. Tipo, num fim de semana, eu vou estar em casa, ela também. Eu não vou pra cozinha, sabendo que ela tá sentada no sofá, não, ela vai lá, começa, dá o primeiro passo, se ela precisa de ajuda, chama. É assim, tipo, não vou direto, direto não, vou indireto, não vou eu tomar a iniciativa, tem que ser ela, eu só vou ajudar. O papel deles na sociedade, tem umas coisas que tem que ser diferentes e umas coisas que tem que ser igual. Por exemplo, em termos do salário, eu acho que um homem e mulher não pode ser igual, mas quase lá. (...) Se fizer a mesma coisa e com a mesma carga horária, sim, mas eu a trabalhar na obra e ela a trabalhar num escritório, eu a carregar baldes de massa, a fazer massa e coisas assim e ela ali num escritório, só sentada num computador, só assim a fazer tchi, tchi, tchi..., e no fim do mês ela receber a mesma coisa que eu, o meu esforço não vai ser remunerado. Ela vai fazer um esforço intelectual e eu vou fazer um esforço físico, que conta mais. Bom, atualmente, nessa sociedade o que conta mais é intelecto, mas devia valer mais é o físico, porque eu não vejo a mente a carregar pedra, não vejo o cérebro carregando pedra, nunca vi, nem vou ver (...)” (E16-HR);

“Bom, na minha opinião o papel do homem é ele ter um serviço fixo pra conseguir guita que é pra levar pra casa, mulher não precisa de ter esse trabalho tão pesado, então ela fica no cubículo a fazer as coisas do cubículo e deixar o resto pro homem.” (E18-HR).

Corroborando este pensamento, já Amâncio (1992) afirmava: “homens e mulheres partilham uma representação de pessoa feminina que a situa numa posição específica do sistema social, ao contrário da pessoa masculina que é representada como universal” (p.19). Na mesma linha de pensamento, Esteves e Maia (2021) definem esta posição da mulher, ao afirmarem que “desde a Grécia antiga, (...) foram “historicamente relegadas a papéis inferiores (...), relegadas ao espaço privado, invisibilizadas, longe das discussões políticas, do trabalho e de interesse da sociedade (p.71).

Relativamente aos motivos que levam os jovens a adotarem atitudes autoritárias face às colegas e o que as leva a aceitar essas atitudes (questão 13), os participantes são praticamente unânimes em alegar motivos essencialmente culturais, e sobretudo o exemplo do meio familiar onde viviam:

“É devido ao local onde vivem, às suas experiências que tiveram na sua vida, à forma como foi criado.” (E4-MC);

“Acho que é porque em São Tomé é assim. Na sua maioria é o que nós vivenciamos em São Tomé, então, já vem da nossa cultura, lá é assim e é essa forma que os jovens estão habituados (...)” (E5-HR);

“Acho que é por causa da educação que lhes deram em casa. O homem é que manda na mulher.” (E6-HC);

“Na minha opinião, isso também depende de com quem os jovens foram criados e com quem conviveram na sua infância e aquilo que vivenciaram na sua família.” (E7-HC);

“Vem da cultura, dos hábitos do país. (...) alguns homens acham a mulher inferior e os mais novos repetem essa ideia e põe-na em prática.” E10-HR);

“Eu acho que algumas jovens aceitam isso por causa do medo, porque homem lá, em São Tomé gosta de bater nas mulheres e elas têm medo e elas trazem esse medo, porque lá, as mulheres sempre baixam a cabeça pros homens.” (E11-MR).

Este último argumento está em concordância com Martins e Corminales (2022), quando referem que em STP, as mulheres e raparigas sofrem, ao longo da sua vida, diferentes tipos de violência baseada no género, incluindo incidentes recorrentes de violência doméstica e sexual, e assédio sexual na escola e no trabalho. Também Barros (2014) havia já evidenciado a problemática da violência de género, ao referir: “Ainda continuamos a ver mulheres a sofrerem muito para sobreviverem, mulheres que são vítimas de violência de uma forma brutal, que até chega-se a tirar a vida com a selvajaria com que são espancadas” (p. 199).

“Porque em São Tomé, normalmente dizem que o homem, ele é que é o homem da casa, ele é que manda em casa e, tipo, as mulheres não têm voz na relação, elas são submissas, por isso os meus colegas vêm habituados assim, elas não têm voz e anulam-se perante o homem. Pra alguns, isso é o normal.” (E13-MC). Neste sentido, Bourdieu (2010) ao abordar a violência doméstica, chama a atenção para o facto de que, muitas vezes, as próprias mulheres, vítimas de diversas formas de violência doméstica, tentam desculpar os homens desses atos, o que se interliga também com a associação ao feminino de atitudes de dependência e submissão (Amâncio, 1992).

“Isso é influenciado por vários fatores, (...) com quem viviam em São Tomé, porque um rapaz que nasce, por exemplo, um rapaz que vê o pai a bater na mãe, ele também cresce e pode ter esse comportamento (...).” (E14-MC);

“Isso acontece normalmente, porque vai depender da sociedade onde a pessoa cresceu, se ela vem habituada a isso, vai depender, e eu digo que a sociedade Santomense, tipo, eles ainda vivem com aquele passado na cabeça e fica um pouco complicado de entender as coisas como deve ser feito, fica complicado, muito complicado.” (E17-HC);

“(...) lá o homem está habituado a mandar e a mulher a obedecer, lá é assim.” (E18-HR);

“Eu acho que elas já cresceram com esse pensamento, de que devem só obedecer e eles com o pensamento de que devem mandar nas mulheres.” (E20-MR).

“Bem, na minha parte, eu acho que é por causa dos seus familiares, da família. Porque, porque por exemplo, eu cresci a ver a minha mãe, tipo, ela fazia tudo pro meu pai, o meu pai não fazia nada em casa, ela era a criada dele, mas ela sempre falou: “você não pode ser assim, não pode fazer...” ela sempre fazia, mas dizia-me a mim pra não fazer. Dizia-me: “você não pode fazer isso pra homem, antes de você começar a namorar, você diz pro seu namorado que não é empregada dele, você é namorada dele. Então, tudo aquilo que você pode fazer em casa ou pra ele, ele também pode fazer pra você” – Mas ela não fazia isso.” (E12-MR);

Tal como refere Trovão e Ramalho (2010, pp 108-109), apesar de, por um lado, algumas das ações das mulheres-mães refletirem o seu próprio sofrimento e vulnerabilidade para as suas filhas, por outro lado,

as suas vidas comportam (...) potenciais de transformação, sobretudo ao nível das gerações subsequentes. Quando transmitem aos filhos e às filhas dos bairros sociais onde vivem que a formação escolar e profissional é crucial no desenvolvimento dos seus percursos adultos. Quando apoiam, presencialmente ou à distância, o projeto maternal precoce das filhas e ao mesmo tempo estimulam a internacionalização de padrões educacionais mais igualitários que favorecem a sua formação escolar e autonomização económica (Trovão & Ramalho, 2010, pp 108-109).

Relativamente à IG em Portugal, no geral, todos concordam que existe mais do que em STP, contudo, “(...) as coisas ainda estão muito desequilibradas.” (E6-HC). *“Não existe a 100%, mas em relação a São Tomé é bem melhor. Está muito mais evoluído do que em São Tomé.” (E9-HC). “(...) “Aqui é melhor, há mais igualdade, tá noutro patamar em relação a África, tá diferente mas em relação à Europa ainda falta algumas coisas pra mudar.” (E16-HR).*

Além disso, *“aqui é totalmente diferente de STP porque a mulher e o homem aqui podem exercer o mesmo cargo, o horário de trabalho, tudo eu vejo aqui igual tanto pra homem como pra mulher.” (E10-HR);*

“Aqui, acho mais tranquilo. Aqui as pessoas se respeitam mais, neste caso, os portugueses, pelo menos, parece, né, porque eu já vi mulheres em grandes cargos e é uma coisa que não se vê muito em São Tomé.” (E11-MR);

“Eu vejo que em Portugal seguem isso de igualdade de género, um pouco, mesmo na turma eu vejo professoras a falarem isso muito, que aqui em Portugal tem muito disso e a gente aqui critica, ou melhor criticava muito isso, os alunos de São Tomé, porque lá não é assim, mas eu vejo que em Portugal isso tá em 70, 80%.” (E17-HC);

“Eu acho que aqui a IG é bastante aplicada, pelo menos em relação a STP, porque eu vejo que as leis aqui são diferentes. Por exemplo, em STP, como posso dizer? Mesmo alguns casos, quando alguém tira a vida de outra pessoa, se um homem tira a vida a uma mulher, fica só na cadeia 2, 3 dias e depois é solto e a maioria das vezes as pessoas dizem que é por causa da falta de espaço...” (E20-MR);

“Eu vejo que em Portugal é uma coisa que valorizam muito. As mulheres aqui em Portugal vão em busca e lutam pelos seus direitos, já têm mais igualdade que em ST.” (E21-HR);

Neste contexto, há mesmo quem seja de opinião que:

“(...) aqui a mulher é que tem mais voz do que o homem (risos).” (E13-MC);

“Aqui as mulheres são mais (...) autónomas e não permitem assim essa submissão e às vezes eu acho que os homens é que são submissos às mulheres (risos). Sim, às vezes fica a parecer isso. Na minha opinião, acho que é característico das mulheres, acho que bem lá no fundo, no fundo, todas as mulheres são mandonas, sabe? E do tipo, se homem não assumir a posição dele também, fica ao contrário.” (E14-MC);

“Aqui, vejo as mulheres às vezes muito mandonas e algumas querem mesmo mandar nos homens, penso que algumas mulheres se acham superiores aos homens.” (E15-HR).

No entanto, existe também o inverso, pois *“(...) aqui em Portugal, já vi mulheres que o marido quer que seja submissa e ao fazer qualquer coisa ao contrário, bate, bate muito, é por isso que eu digo que é um bocadinho igual a São Tomé. A juventude já está mais voltada pra fazer o que quer, mas as pessoas de mais idade ainda veem uma realidade diferente,*

têm que cozinhar, organizar, fazer e o marido chega pra pegar ela e ai dela se se atrasar 1 minuto, ele começa já a ralhar no meio de gente, eu achava que isso aqui não existia, mas eu infelizmente presenciei, não só um casal, como 2, 3, e fiquei muito surpreendida. A mulher leva porrada, fica com manchas e eu fiquei aahhh?? Porque eu achava eu isso não existia aqui mais, sabia? Mas pronto...” (E19-MC).

Lamentavelmente, verificamos que esta é ainda uma realidade atual, apesar da violência de gênero ser uma grave violação dos direitos humanos, conforme definida pela Organização das Nações Unidas (ONU), tendo sido em 2005 considerada como uma das violações mais transversais e socialmente censuradas a nível mundial, manifestando-se independentemente da cultura, raça, classe ou religião, e reconhecida pela Organização Mundial de Saúde como um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos (Sousa, 2021). Neste contexto, e conforme evidenciado por Matos e Gonçalves (2022) no relatório final de avaliação para a Equipa de Análise Retrospetiva de Homicídios em Violência Doméstica:

Segundo a OMS (2021), uma em cada três mulheres já vivenciou violência física e/ou sexual por parte do/a companheiro/a, o que corresponde a cerca de 35% das mulheres a nível mundial, sendo que 38% dos homicídios de mulheres foram cometidos pelo companheiro. Entre 2012 e 2017, os homicídios por VD aumentaram de 48.000 para 50.000 por ano (United Nations Office on Drugs and Crime - UNODC, 2019), sendo que as mulheres são as vítimas, na maioria dos casos (UNODC, 2019; UN Women, 2020), numa proporção de 6 para 1 (Stöckl et al., 2013).

Em Portugal, no ano de 2021, foram registadas 26.529 participações pelo crime de VD, sendo que 85% das participações (22.524) correspondem ao crime de VD contra cônjuge ou análogo. No que respeita ao homicídio em contexto de VD resultaram 23 vítimas, sendo destas 16 mulheres, 5 homens e 2 crianças/jovens (Sistema de Segurança Interna - SSI, 2022) (Matos & Gonçalves, 2022, p. 16).

Certo é que, apesar dos diversos “movimentos feministas na luta pela conquista dos direitos das mulheres, em especial, na busca pela efetivação da igualdade de gênero, ainda

nos dias atuais é possível identificar inúmeros fatores de exclusão e subalternização da mulher em razão do gênero” (Esteves & Maia, 2021, p. 59). Evidenciando esta realidade, um dos próprios inquiridos, um jovem do sexo masculino, proveniente da roça, argumenta:

“aqui as mulheres fazem as mesmas coisas que os homens e (...) e eles aceitam, mas é coisa que não devia ser, porque se eu já estou a trabalhar numa coisa e ela também está a trabalhar noutra coisa, e por exemplo se tivermos um puto, como vai ser? Quem é que vai ficar com ele? quem vai ficar a arrumar a casa? Quem prepara o jantar, essas coisas? Essas coisas, não é tipo, assim que nós terminamos o serviço pra vir preparar isso, isso já tem que estar tudo pronto, deixar tudo pronto, assim que o marido, o homem, nesse caso, regressar do trabalho, regressar a casa, já está tudo feito, ele já tem que encontrar tudo feito.”

Quando questionado porque é que tem que encontrar tudo feito, respondeu, elevando a voz:

“Porque é assim que tem que ser!” (E18-HR).

Relativamente à influência (ou não) da cultura portuguesa nestes jovens, no que diz respeito à IG, esta reflete-se nos resultados da tabela seguinte, sendo que, para obtermos um panorama mais fidedigno destes dados, consideramos pertinente realçar os jovens que, embora não concordassem anteriormente com a IG, alteraram o seu ponto de vista, fruto da influência da cultura portuguesa.

Tabela 5.6

IG – Influência/Não influência da cultura portuguesa

Entrevistas	Influenciou	Não influenciou	
	Não concordava	Já concordava	Não concordava
E1-MC	X		
E2-MR		X	
E3-MC	X		
E4-MC	X		
E5-HR			X
E6-HC	X		
E7-HC	X		
E8-HC		X	
E9-HC	X		
E10-HR	X		
E11-MR		X	
E12-MR		X	
E13-MC		X	
E14-MC		X	
E15-HR			X
E16-HR	X		
E17-HC		X	
E18-HR			X
E19-MC			X
E20-MR	X		
E21-HR	X		
TOTAL	10	7	4

Conclui-se, pela análise desta tabela que, 17 dos 21 jovens concordam atualmente com a IG, sendo que 7 eram já a favor e 10 destes foram influenciados pela nossa cultura nesse

sentido, uma vez que vivem em Portugal há cerca de 2,5 anos. Apenas 4 dos participantes mantêm a sua discordância, pelo menos, parcial, relativamente à IG.

Apresentam-se, de seguida, algumas das transcrições, onde é evidenciada a referida influência da cultura portuguesa na opinião dos inquiridos:

"Sim, já mudei, o meu pai agora por exemplo, está em São Tomé, como a minha mãe não tem ninguém perto dela, ele vai querer ela fazer, mas eu não aceito ela fazer e eu tento fazer ela perceber que não tem que fazer tudo. Independentemente se ele é homem, tipo chefe da casa, ela não tem que fazer tudo, ele tem que fazer alguma coisa, tipo para ajudar, uma vez que ela tá sozinha. Agora não aceito nenhum homem falar que não quer fazer isto, que não quer fazer aquilo..." (E1-MC);

"Já influenciou sim, porque com o tempo fui aprendendo a cultura cá de Portugal e aqui as mulheres são mais independentes, e eu acho bem, porque se homem trabalha, a mulher também pode e os dois poder fazer o que quiserem, ter o emprego que quiserem. Quando eu cheguei, na realidade, eu não pensava muito assim." (E7-HC);

"Sim, influenciou muito. Ajudou a ver-me isso, sim senhora, pra falar realmente, eu não pensava assim, porque eu vi que muita coisa mudou para mim desde que cheguei, eu comecei a pensar diferente. No meu país eu num pensava assim. É que tipo a mulher tem que baixar a cabeça e o homem ficava mais em cima, superior, e eu vi que desse jeito não tava bem, eu vi que homem e mulher tem que ter os mesmos direitos porque um homem tem que ajudar a mulher e a mulher tem que ajudar o homem." (E10-HR);

"A cultura já me influenciou um bocado, já ajudou muito a abrir mente e coisas assim, tipo, antes eu não era muito flexível em relação às coisas de lavar roupa e não sei quê, eu sempre vim com esse hábito de São Tomé, que minha mãe sempre me ensinou, minha mãe disse que essa coisa aí ia ser importante pra mim, se eu não tivesse uma mulher. Eu sempre tive gosto em lavar roupa, cozinhar, engomar, arrumar e essas cenas, mas tipo pra mim, eu com uma mulher em casa, ela tinha que cozinhar, engomar, essas coisas. Agora não penso assim, um deve ajudar o outro. Se eu cheguei primeiro, adianto as coisas, ela vem e se ela

conseguir terminar, ela termina, se não conseguir, eu termino, e depois vai-se vivendo, né?” (E16-HR);

“Já influenciou. Antes eu também tinha esse pensamento de que mulher tinha só que obedecer, mas aqui fez-me ver a realidade de uma outra forma. Acho que todo o mundo é igual, desde que mantenha respeito, seja homem ou mulher.” (E20-MR).

A influência da cultura portuguesa é clara nas falas dos entrevistados que agora apoiam a IG. Destacam a independência das mulheres em Portugal, contrastando com as expectativas mais tradicionais que podem ter trazido de São Tomé e Príncipe. Alguns expressam que aprenderam a valorizar a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres durante sua estadia em Portugal.

Por outro lado, os participantes que mantêm a sua opinião, são maioritariamente aqueles que já concordavam com a IG, mesmo antes de chegar a Portugal, conforme se verifica se compararmos a tabela 6, com os resultados da tabela 3 e ainda pelos argumentos dos inquiridos, de entre os quais:

“A minha opinião se mantém, porque desde sempre aprendi que não se deve viver em função dos homens e muito menos depender deles. A minha mãe me ensinou que o meu lugar é onde eu quiser e não aonde homem decidir me colocar, e em Portugal, em relação a isso, me senti em casa.” E2-MR);

“Sempre tive a opinião de que homens e mulheres são iguais.” (E9-HC);

“Eu sempre pensei que todo o mundo merece ser tratado de igual pra igual, não importa se é homem ou mulher.” (E11-MR);

“(…) eu sempre tive a ideia de que devia haver igualdade de género.” (E12-MR);

“Eu digo que eu não fui influenciado, porque, mesmo em São Tomé, eu já tinha um pouco de...a minha mentalidade, eu vejo que não é igual á dos outros jovem que veio de São Tomé, porque eu, além de crescer em São Tomé, eu já tinha visto algumas coisas, já tinha viajado, já tinha visto realidade de alguns países, já tinha visto alguns vídeos mesmo no Youtube e

eu vi que as coisas não são assim como a gente lá em São Tomé pensa e que temos que adaptar à realidade de qualquer país que for. Até porque vivendo sempre só com a minha mãe não acho justo muitas coisas. Acho que todos devem ter o mesmo direito, mas não acontece isso. O mundo é totalmente injusto. (Refere ainda, um pouco emocionado, ao falar da mãe)” (E17-HC).

Esta injustiça social, baseada no género, é algo que desde sempre se verificou, e neste caso específico de STP, entre outros fatores, existe porque “Apesar de bastante activas e participativas a nível associativo, as mulheres mais velhas têm permanecido invisíveis e remetidas para a esfera dos cuidados e da educação dos filhos” (Albuquerque, 2000, 2005; Albuquerque, Ferreira & Viegas, 2000; Albuquerque & Teixeira, 2005, conforme citado em Ramalho & Trovão, 2010, p. 24). Invisibilidade essa, promovida pela ausência de uma política de imigração, que “ocultou durante quase duas décadas os rostos e as práticas destes migrantes” (Ramalho & Trovão, 2010, p.24).

Por serem remetidas a este papel de cuidar dos filhos e da casa, papéis esses considerados secundários, reduzidos ao espaço privado e de certa forma desprestigiados relativamente ao papel produtivo do homem, mais vinculado à esfera pública, regra geral não é valorizado o trabalho das mulheres. Tal como refere Bourdieu (2010), “São elas que, encarregadas das preocupações vulgares da gestão quotidiana da economia doméstica, parecem comprazer-se com as mesquinhas do cálculo, das contas e dos ganhos que o homem de honra deve ignorar (p. 42).

Esta divisão de papéis, baseada em estereótipos sexuais origina diferentes expectativas de comportamentos sociais de homens e mulheres, onde “independência e dominância estão associados ao masculino e (...) expressividade, dependência e submissão são associados ao feminino” (Amâncio, 1992, p.10). A autora chega mesmo a afirmar que “(...) as representações sobre homens e mulheres categorizam e distinguem os dois grupos de uma forma que justifica e legitima a natureza assimétrica da relação entre eles” (Amâncio, 1992, p.20). Género assume desta forma, um papel fundamental na construção das hierarquias, influenciando a maioria dos aspetos das nossas vidas e sociedades (Aguiar, 2007; Elsevier, 2019).

Nesta linha de pensamento, também Okin (2008) afirma que as mulheres “têm sido vistas como “naturalmente” inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (p. 308), sendo da sua responsabilidade os serviços domésticos e a reprodução, ocupações da esfera privada, estando associada aos homens a responsabilidade da esfera pública, a vida social e política. Esta distinção entre público e privado, baseada nas práticas sociais e culturais do patriarcado é contestada pela autora, que considera a privacidade essencial para “o desenvolvimento da mente e da criatividade” (p.327), promotoras da esfera pública. Daí, a autora concluir que

as instituições e práticas de gênero terão de ser muito alteradas para que as mulheres tenham oportunidades iguais às dos homens, seja para participarem das esferas não-domésticas do trabalho, do mercado e da política, seja para se beneficiarem das vantagens que a privacidade tem a oferecer. Nós devemos ter como objetivo uma sociedade em que homens e mulheres dividirão, como iguais, a criação dos filhos e outras tarefas domésticas que o pensamento político hegemônico presumiu explicitamente, e continua implicitamente a presumir, por meio de seu silêncio sobre as questões de gênero e sobre a família, serem “naturalmente” pertencentes à mulher. (Okin, 2008, pp.327-328)

Esta mentalidade enraizada de menosprezar as tarefas das quais estão incumbidas tradicionalmente as mulheres, e conseqüentemente, as próprias mulheres, reflete-se em afirmações do gênero: “*A minha mãe é doméstica, não faz nada.*”, proferida por um dos nossos inquiridos (E18-HR).

Todavia, a ideia anterior é contrariada, ainda que indiretamente, por Esteves e Maia (2021), pois a obrigatoriedade de permanecer em casa, imposta pela pandemia COVID 19, apesar de afetar homens e mulheres, impactou mais severamente o trabalho feminino no âmbito privado, ao observar-se que “as mulheres sofreram demasiadamente com atividades domésticas e de cuidado de crianças e idosos, prejudicando suas carreiras em favor do trabalho dos homens” (p.72). Percebe-se, assim como este episódio demonstrou que o trabalho da esfera privada é fulcral para a manutenção do funcionamento eficaz da esfera

pública, ao mesmo tempo que deverá ser valorizado social e culturalmente, contrariando o disseminado paradigma patriarcal, tal como acima sugerido por Okin (2008).

5.5. Perspetivas Futuras

Relativamente às perspetivas futuras destes jovens, e no que toca à evolução da IG em STP, as opiniões divergem. Por um lado, temos a maioria dos participantes, cuja opinião é otimista nesse sentido. De um modo geral, os que acreditam na evolução da IG em STP, fundamentam, essencialmente, o seu ponto de vista na emigração, assentando as suas esperanças nas novas gerações como veículo imprescindível para que a mudança se concretize:

“Acho que em São Tomé vai haver evolução, porque a maior parte dos jovens estão a emigrar e os mais antigos é que ficam em STP e quando os jovens voltarem a STP vão levar esse pensamento e mudar, (...). Então eu acho que vão conseguir mudar esse pensamento, sim.” (E14-MC);

“Podem passar 2 ou 3 anos, mas eu acredito que isso ainda vai mudar, vai mudar, porque eu vejo muitas atitudes da nova geração, que estão a vir, que elas têm muita vontade de ter direitos iguais aos homens. Isso vai mudar, e não vai demorar muito.” (E17-HC);

“Eu acho que vai mudar, vai evoluir, porque nova geração, novo pensamento!” (E20-MR).

“Com a Igualdade de Género, a sociedade vai evoluindo e, para isso acontecer, temos que implementar isso nas novas gerações. Aos poucos, vamos conseguindo.” (E2-MR);

“Penso que daqui a algum tempo já vai estar na mesma página que em Portugal.” (E5-HR);

“(...) quando os jovens regressarem a São Tomé com as novas ideias, talvez aí consiga evoluir.” (E7-HC);

“Se a nossa geração voltar pra lá, talvez mude alguma coisa (...). As mulheres da nossa geração já não vão aceitar essas coisas, elas querem os direitos iguais e acho que têm todo o direito, porque é o justo.” (E9-HC);

“Na minha opinião, vai evoluir, porque tipo, a sociedade que não era a favor da Igualdade de género, está-se a tornar, quer dizer que dia a dia, eles vão implementar uma coisa diferente, tipo, hoje eles implementam mulheres nas obras, amanhã, tipo mulheres na corrida, mulheres no campo, mulheres na agricultura, mulher com trator, com essas coisas. Eu acho que pra África evoluir tem que ser passo a passo, uma coisa de cada vez. Primeiro, tentou-se com a mulher na obra, deu certo, agora a mulher vai pra oficina mecânica, se der certo... tenta-se, tipo, um degrau de cada vez, aos poucos, não quer dizer que já vai-se tornar uma sociedade com igualdade de género, mas aos poucos vai evoluindo.” (E16-HR);

“Acredito que, com a nova visão. Por exemplo, nesse momento tem muitas mulheres que estão a emigrar e com a saída vão ver como as coisas estão a circular noutros países, como as mulheres estão a relacionar-se noutros países, como serviço público, com o serviço privado, com as empresas e por aí. Eu acredito que vai mudar a sua forma de pensar e quando retornar pra seu país, um dia, as mulheres também vão dizer: nós somos capazes, nós conseguimos, e vão tentar tomar o lugar que lhes pertence por direito.” (E8-HC).

Efetivamente, “se inicialmente, as migrações (...) eram eminentemente masculinas, (...) a partir de 2001, a situação inverteu-se. O fluxo emigratório passou a ser constituído, na sua maioria, por mulheres em idade activa” (Trovão & Ramalho, 2010, p. 40). Os percursos migratórios são hoje, inquestionavelmente, “mais diversificados, complexos, feminizados, qualificados, internacionalizados, atingindo todos os continentes, países, géneros, classes sociais e gerações e implicando os vários domínios da esfera pública e privada, particularmente familiar” (Ramos, 2016, p.15).

De acordo com o Guia de Acolhimento para Migrantes (ACM, 2022), “Nas últimas décadas, o movimento e circulação de pessoas pelo mundo tornou-se progressivamente mais intenso e complexo” (p.3). A diversidade cultural é assim cada vez mais uma característica das sociedades industrializadas, cujas respetivas populações são constituídas por grupos de diversas origens linguísticas, culturais e étnicas (Giddens, 2010) e para o qual muito contribuíram os crescentes fluxos migratórios.

Revela-se, deste modo, crucial “responder às múltiplas necessidades das populações, nomeadamente migrantes, é fundamental entender as expectativas e desejos dos cidadãos, de modo que os espaços públicos constituam locais onde diferentes culturas possam dialogar e encontrar uma expressão identitária” (Ramos & Ramos, 2014, p.3), tornando-se fundamental a competência das diversas instituições e organizações estatais, na assistência aos migrantes (Ramos, 2012). Neste sentido, “é necessária uma mudança radical de hábitos de pensamento e comportamento” (Maalouf, 2009, p.235), que deve ser feita pela via do ensino e formação, dotar as pessoas de competências comunicacionais e interculturais, numa perspetiva global e multidisciplinar centrada nos indivíduos, nas relações sociais e nos processos ambientais, culturais e políticos, capazes de gerir a diversidade cultural, grupos majoritários ou minoritários, nacionais ou migrantes, valorizando a proximidade e a diversidade cultural (Ramos, 2008).

Relativamente à evolução da IG em STP, existem alguns participantes mais descrentes, que consideram que, em STP, nada vai evoluir nesse sentido, baseando a sua opinião em fatores de ordem cultural, na sua maioria:

“(Riso) Ah, eu acho que não vai evoluir, porque já está na nossa mente em São Tomé, que mulher tem que ficar em casa e o homem trabalhar.” (E1-MC);

“Eu não sei, porque lá as mulheres estão mesmo rebaixadas, por isso eu não sei, mas acho que não vai evoluir não.” (E13-MC);

“Bom, não vai evoluir porque lá as coisas, tipo, vai continuar tudo igual, lá nada muda (...), nada muda...” (E18-HR)

No que toca às perspetivas futuras dos próprios jovens e se pretendem regressar a STP ou ficar em Portugal, quando terminarem os respetivos cursos, a grande maioria dos inquiridos (17) prevê ficar no nosso país, pelo menos num futuro próximo e, quem sabe, mais tarde, regressar a STP. Os motivos dessa decisão prendem-se essencialmente com a atual realidade económico-social de STP:

“Pretendo ficar em Portugal, porque há mais oportunidades de trabalho, melhores condições de vida e há também grandes oportunidades para conhecer novos países.” (E3-MC);

“Pretendo ficar em Portugal, porque eu vejo que aqui tenho mais potencial de alcançar aquilo que quero.” (E5-HR);

“Pretendo ficar em Portugal, pra poder ter o melhor pra minha família.” (E6-HC);

“Ficar em Portugal, regressar, só de férias. Quero acabar o curso e depois trabalhar, porque em São Tomé a situação não está fácil e os jovens não têm muitas oportunidades.” (E7-HC);

“Do jeito que o país tá nesse momento, do ponto de vista político, económico, social, eu prefiro estar cá, terminar a formação, arranjar um emprego cá, e depois de adquirir algumas condições voltar para o meu país. Pretendo voltar mais tarde para ajudar a apoiar o país, também.” E10-HR).

Esta consciência acerca da situação socioeconómica e consequente necessidade de apoio ao seu país, em termos políticos, é evidenciada nas palavras de Gomes (2020), ao referir-se à atual realidade de STP, nesse sentido: “As elites políticas não conseguem apresentar uma visão estratégica que possa ser adotada como instrumento reitor” (Gomes, 2020, p. 224), existindo “um grande vazio na preparação dos atores políticos, o que conduz a um grande descrédito e a banalização da política e dos políticos em geral” (Idem, p. 224).

Compreendem-se, deste modo, os argumentos dos jovens inquiridos, relativamente ao seu regresso ou não o seu país de origem, num futuro próximo:

“Eu pretendo ficar por cá, (...) eu pretendo ficar ainda, só voltar de férias, mas trabalhar aqui, porque lá o país também não está lá grande coisa...” (E12-MR);

“(...) pra viver é aqui, porque eu vejo que em STP não há trabalho, não há oportunidade de trabalho nem de formação, porque eu quero continuar os meus estudos e lá não tem capacidade pra isso.” (E13-MC);

“Primeiro pretendo ficar cá e quando organizar as minhas coisas, quem sabe, voltar a São Tomé. Agora, no meu país não está nada bom.” (E15-HR);

“Penso fazer a minha vida cá, porque do jeito que ST tá, as condições financeiras e o próprio país está muito mau.” (E20-MR);

De salientar, a opinião de um jovem relativamente a Portugal, enquanto país de acolhimento: *“Ficar em Portugal é complicado. Eu noto que Portugal também é um país muito complicado pra viver. Não sei se é porque eu sou estrangeiro... pra estrangeiro normalmente tudo é complicado aqui em Portugal, tudo, até pra fazer um documento é complicado, mesmo pra ir pra um supermercado é complicado, porque segurança já vai seguir as pessoas, só pelo facto de, não sei, só pelo facto de virmos de outra cultura, eu não sei, tudo aqui é complicado. Os imigrantes são sempre perseguidos na Europa, sempre, principalmente os Africanos são sempre perseguidos e é uma coisa que deveria mudar na atitude dos Portugueses, que não é fácil...”*.

Lamentavelmente, e conforme referido por Cabecinhas (2010), apesar do discurso político ser de antidiscriminação, incentivando a integração das minorias na sociedade portuguesa, *“no entanto, tal como se verifica noutros países europeus, a discriminação racial persiste, quer ao nível dos comportamentos individuais como ao nível das instituições”* (p.17). Também Ramos (2014), salienta a influência das representações sociais, da cultura, estereótipos, preconceitos, discriminação e racismo nas relações entre o *“Eu”* e o *“Outro”*, na interação intercultural.

Albuquerque (2016) evidencia que o racismo assenta na forma de como pensamos a relação *Eu/Outro/a*, sendo que *“o fim do “racismo científico” não significou o fim do racismo na sociedade. Este transformou-se e diversificou-se, o que levou alguns autores a falar de “racismos” e não de “racismo” para salientar a multiplicidade de manifestações”* (Cabecinhas, 2007, p.28). Atualmente, nos *“novos racismos”* o processo de racionalização ou de categorização por via da *“raça”* é substituído por um processo de etnização, ocorrendo manifestações mais *“subtis e difusas”* (Vala, Brito & Lopes, 1999, p.71).

Normalmente, uma visão superficial sobre as outras comunidades proporciona-nos uma visão diferenciadora e à medida que as vamos conhecendo melhor, verificamos que não existem assim tantas diferenças. O que caracteriza, a maior parte das vezes, a comunicação intercultural é o desconhecimento que se tem sobre as outras culturas, e quando nos relacionamos com os outros, vamos tomando consciência da nossa própria ignorância (Alsina, 2012). Devemos combater a tendência de acentuar as diferenças e procurar o comum, caso contrário, estaremos a universalizar as diferenças. Não quer isto dizer que estas se devam negar, mas simplesmente devem ser colocadas no seu devido lugar, não as sobrevalorizando! Contudo, também não devemos cair no outro extremo, pois as diferenças existem e caracterizam a identidade de cada cultura (Alsina, 2012): *“...la comunicación intercultural se sitúa en el delicado equilibrio entre lo universal y lo particular, entre lo común y lo diferente”* (Alsina, 2012, p. 66)

Consideramos as diferenças promotoras de riqueza, desde que bem geridas. O que não podemos aceitar é que estas sejam uma via aberta à desigualdade e muito menos que estes dois conceitos, em momento algum, se tornem sinónimos. Acima de tudo, urge *“Reconhecer que os valores da nossa sociedade não são únicos e nem são melhores; aceitar que as demais culturas têm o seu valor próprio é reconhecer que o mundo é feito de e para as diferenças”* (Moura & Ferrari, 2015, p.61). A promoção do diálogo deverá ser uma constante e, neste processo, é fundamental ter em conta que o êxito do diálogo intercultural não tem apenas a ver com o outro, mas sobretudo com a forma como nós nos aproximamos, da abertura, da capacidade de escutar os seus problemas e como abordamos as suas necessidades.

A própria Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2001), destaca a importância da diversidade cultural, considerando-a tão necessária para a humanidade como a biodiversidade para a natureza. Afirma ainda que *“elle constitue le patrimoine commun de l’humanité et elle doit être reconnue et affirmée au bénéfice des générations présentes et des générations futures”* (UNESCO, 2001, p.6).

Referindo-se à diversidade das culturas humanas, já Lévi-Strauss (1987) afirmava que esta é uma realidade que não podemos negar, pois estamos rodeados por ela, sendo que a única

exigência que podemos fazer é que esta diversidade se realize de forma que cada uma das culturas seja uma contribuição para uma maior generosidade das outras, promovendo o bem comum. Neste sentido, consideramos que cada um de nós, enquanto cidadão, tem a responsabilidade de contribuir para a redução de situações de desigualdade e discriminação e para a melhoria das condições de vida de indivíduos/grupos em situação de vulnerabilidade/exclusão social. Aos *media*, por seu turno, e dado o seu largo e cada vez mais célere alcance, cabe-lhes uma responsabilidade acrescida na construção saudável de valores sociais, promovendo uma sociedade cada vez mais justa e inclusiva. Conforme recomendado pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR, 2018) “Urge pugnar pela sensibilização para a convergência de esforços no sentido de se adequar a realidade atual, na qual os *media*, na sua multiplicidade de formas, digital e tradicional se assumem como preponderantes no combate à discriminação racial, xenofobia e outras demonstrações de intolerância” (p.1).

Bracons (2018) salienta que o conceito de interculturalidade defende uma postura de abertura, disponibilidade e respeito para com o Outro, que implica uma aceitação ativa da diversidade, capaz de ultrapassar o medo do desconhecido. E, quando isso não ocorre, surgem situações de exclusão social.

Pela análise dos resultados obtidos, e apesar de não se verificarem diferenças significativas entre jovens oriundos da roça ou da cidade, destacando-se maior discrepância entre os jovens do sexo feminino e do sexo masculino, relativamente à IG, certo é que os jovens oriundos da roça não concordam tanto com ela, sendo inclusive 4 jovens, do sexo masculino, oriundos da roça, os únicos de opinião de que mulher e homem devem ter papéis distintos na sociedade (E5-HR; E15-HR; E16-HR; E18-HR).

Quanto à discrepância de opiniões entre os jovens do sexo feminino e masculino, esta verifica-se mais ao nível da concordância ou não, com a IG. Embora a maioria dos jovens concorde inquestionavelmente com a IG, de entre os participantes que não concorda ou que coloca algumas restrições, temos 5 jovens do sexo masculino, provenientes da roça (E5-HR, E15.HR, E16-HR, E18-HR, 21-HR), contra 2 jovens do sexo feminino, oriundas da cidade (E4-MC, E19-MC). De salientar, que também aqui, embora a diferença não seja

significativa, certo é que os jovens do sexo masculino, que não são completamente favoráveis à IG, são todos provenientes da roça.

Relativamente ao estrato social dos jovens, não consideramos ser um elemento influenciador de concordância ou não com a IG, na medida em que as opiniões se dividem. Existem jovens de classes sociais consideradas elevadas, que concordam com a IG e outros que não têm uma opinião (plenamente) favorável, como é o caso de um jovem cujo pai é médico e a mãe estudante, e que quando inquirido sobre se concordava ou não com a IG, a sua resposta foi: *“Até certo ponto, sim.”* (EH-5R), referindo ainda que *“o papel do homem na sociedade é de cuidar, proteger e prover para a sua família, isso é, mulher e filhos e o da mulher é de dar à luz, educar e cuidar das crianças, além de dar o máximo apoio para seu marido (...) esse é o principal papel da mulher na sociedade”* (EH-5R). Por outro lado, e no que concerne aos jovens cujos estratos são socialmente considerados mais baixos, as opiniões são também díspares. Existem os que não têm uma opinião (plenamente) favorável à IG e os que concordam com ela, evidenciando que *“cada um deve escolher o seu papel na sociedade e fazer aquilo com que se sinta bem, independentemente de ser homem ou mulher”* (E6-HC). Assim, não se considera o estrato social destes jovens um fator determinante para a sua opinião no que à IG diz respeito, apresentando ambos os estratos sociais (considerados elevados e baixos) jovens com opiniões favoráveis e desfavoráveis relativamente a este tema.

Finalmente, pensamos que a grande diferença de opiniões se deve ao facto da grande maioria dos inquiridos (15) considerar que nem os homens estão preparados, nem a cultura de STP é favorável à IG, contra apenas 5 jovens que consideram que as mulheres se encontram nessa mesma posição, ou seja, que não estão ainda preparadas para IG. Na sua maioria, e em relação às mulheres, consideram que estas estão, com toda a certeza, preparadas para esta igualdade!

Considerações Finais

Com a realização do presente estudo procurámos compreender as percepções/representações dos papéis na sociedade, face a homens e mulheres, segundo a perspectiva de um grupo de jovens de São Tomé e Príncipe que se encontra a estudar num centro de formação profissional, em Portugal. Pretendeu-se contribuir para o conhecimento geral sobre as questões da igualdade de género, sobretudo no que diz respeito a São Tomé e Príncipe, num contexto em que a literatura existente é ainda bastante escassa.

Partindo desta questão orientadora – Qual o papel da mulher e do homem na sociedade, segundo a perspectiva de um grupo de jovens adultos de São Tomé e Príncipe, que se encontra a estudar num centro de formação profissional, em Portugal? – definiram-se os seguintes objetivos de investigação:

- Identificar os papéis sociais que as e os jovens atribuem a mulheres e homens;
- Entender as razões dos comportamentos autoritários, por parte dos jovens do sexo masculino, relativamente às colegas;
- Perceber a subserviência das referidas jovens, face a esses comportamentos de autoritarismo dos seus colegas;
- Compreender quais as questões, do ponto de vista cultural, social e/ou outras que contribuem para tais comportamentos e percepções (e em que medida).
- Conhecer quais as expectativas das/dos jovens, face ao futuro.

Tendo em conta os objetivos deste estudo, optámos por uma abordagem qualitativa, complementada por uma pesquisa documental, que nos permitiu selecionar, tratar e interpretar informação de autores e estudos pré-existentes (Carmo & Ferreira, 2008).

No sentido de responder aos objetivos traçados, foi realizado um estudo de caso cuja amostra contou com a participação de um grupo de jovens de São Tomé e Príncipe, que se encontra a frequentar o ensino secundário via profissional, num centro de formação, em Portugal. Para a recolha, análise e discussão de dados, foram utilizadas as seguintes técnicas qualitativas: observação, análise documental, entrevista e análise de conteúdo.

Da revisão da literatura podemos realçar que a cultura é apresentada como a expressão da totalidade da vida social do ser humano. O conceito de cultura, conforme definido por Edward Tylor, é destacado como algo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e outras capacidades ou hábitos adquiridos pelos indivíduos como membro de uma sociedade, sendo, portanto, adquirida ao longo do tempo e não algo inata, refutando a ideia de que as diferenças culturais são resultado de características biológicas (Laraia, 2009).

Quando falamos em diversidade cultural, referimo-nos a uma multiplicidade de elementos que a compõem, como símbolos, heróis, rituais e valores. Não se restringindo apenas à cultura, abrange aspetos como língua, personalidade, género, religião e idade. É fundamental o respeito e preservação dessa diversidade, conforme destacado pela UNESCO (2001). Neste sentido, as questões de género estão intrinsecamente ligadas à questão cultural, dado que a forma como os papéis de género são percebidos varia de cultura para cultura, contribuindo para a formação de estereótipos de género, desempenhando, deste modo, a cultura um papel crucial na construção desses estereótipos, sendo inclusive mais determinante do que o género em si na variação da ideologia do papel de género (Neto, 2002).

A igualdade de género é apresentada como a busca por simetria entre homens e mulheres, bem como para pessoas de diversas identidades de género e orientações sexuais (Torres et al, 2018), sendo “um dos oito Objetivos do Milénio adotados por consenso pelos 189 Estados-membros das Nações Unidas, em 2000, como também um princípio fundamental na concretização de todos os objetivos” (Pinto et al., 2015, p.6). Contudo, apesar de estar consagrada na legislação portuguesa e europeia, a igualdade de género ainda não foi plenamente alcançada, mantendo a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a sua importância em diversos contextos. Destaca-se o papel dos movimentos feministas e outros grupos na promoção da igualdade de género, pressionando por mudanças legislativas e sociais. Houve um aumento na consciência do papel das mulheres na esfera pública e no desenvolvimento, sendo atualmente a IG considerada uma questão de direitos humanos.

Cruz (2005) e Barros, (2005) remetem o conceito de desigualdade para hierarquias injustas, especialmente quando consideradas do ponto de vista sociológico, estando, neste sentido, as diferenças entre sexos, “profundamente enraizadas” (Pereira, 2009, p. 124). Torres et al. (2018) referem que esta desigualdade está relacionada com a assimetria nas posições de mulheres e homens nas áreas de produção, reprodução e sexualidade, sendo que a hierarquia nas sociedades atuais desvaloriza a dimensão reprodutiva, dificultando o acesso das mulheres a recursos financeiros e económicos, consequência de uma construção histórica que valoriza o masculino em detrimento do feminino, resultando em menor poder e acesso a recursos para as mulheres (ACEP, 2016).

Neste sentido, e apesar da maioria das e dos jovens argumentar que considera que os papéis da mulher e do homem na sociedade devem ser iguais, ainda está bastante enraizada a ideia de que existe uma diferença de papéis entre eles. Já Oakley (1972) argumentava que as diferenças observadas entre os sexos não são simplesmente biológicas, mas também resultam de construções culturais, sendo que o conceito de género se desenvolveu como uma distinção em relação ao sexo, enfatizando a dimensão cultural e social das diferenças entre os sexos. Sexo refere-se às categorias biológicas de feminino e masculino, enquanto género abrange as inferências e significados culturais associados a essas categorias. De acordo com a opinião dos e das jovens, há uma visão de que o papel do homem é cuidar e trabalhar para sustentar a família, cabendo à mulher dar à luz, educar, cuidar das crianças e apoiar o marido. Esta perspetiva é fundamentada em argumentos culturais e tradicionais, pela educação que receberam nas suas famílias e na sociedade de STP, expressando a ideia de que mulheres e homens têm características e funções diferentes. Ideia esta que é repetida e perpetuada pelos jovens, contribuindo para atitudes autoritárias em relação às mulheres, as quais as aceitam devido a fatores como o medo e à própria cultura que normaliza a submissão feminina. Também Simone de Beauvoir, já em 1949, defendia que os papéis de género são construções sociais, e os seres humanos adquirem diferentes papéis de género na sociedade ao longo do tempo, influenciados pela cultura e ambiente circundante (Beauvoir, 1949), sendo que, desde a infância, nos são incutidos estereótipos de género, desempenhando os agentes de

socialização, como a família e os meios de comunicação, um papel significativo nesse processo.

De acordo com Joan Scott o binarismo sexo/gênero, que define o gênero como uma atribuição social de sentido às diferenças sexuais biologicamente determinadas, continua presente. A desconstrução busca entender sexo e gênero como sistemas de sentidos imputados pela cultura (Scott, 2021). E voltando a lembrar Simone de Beauvoir (1949), que salientou a legitimação da criação de diferenças sociais com base nas diferenças sexuais, ao defender que tanto o ser humano do sexo feminino como do sexo masculino, não nascem, mas tornam-se mulher e homem, respetivamente, pela incorporação de modos de ser e adoção de papéis, condizentes com o modelo de feminilidade e masculinidade dominante na cultura e geração a que pertencem (Pinto et al., 2015). Corroborando esta ideia, a percepção geral dos jovens entrevistados é de que a cultura santomense impõe papéis de gênero tradicionais, onde as mulheres são vistas como submissas e destinadas a assumir responsabilidades domésticas, enquanto os homens são considerados os provedores e líderes da família. Alguns jovens destacam inclusive, certas atividades culturais, como danças e rituais, reservadas exclusivamente para homens, contribuindo para a perpetuação da desigualdade de gênero.

Em paralelo, há uma percepção que as mulheres estão a desafiar as normas tradicionais ao buscar independência financeira e se envolverem em atividades para além das responsabilidades domésticas. Contudo, a resistência cultural e a tendência das mulheres a dependerem dos homens são apontadas como obstáculos significativos para a emancipação das mulheres, tal como a mentalidade fechada, especialmente entre as gerações mais antigas, é vista como um grande obstáculo para a preparação dos homens para a IG.

Apesar dos avanços e das mudanças legislativas, persistem as inércias e resistências nas normas sociais e culturas organizacionais, fazendo com que a igualdade de gênero, apesar de promovida no discurso, muitas vezes não se traduza em mudanças práticas. As mulheres continuam a enfrentar violações diárias de direitos, sendo necessária uma inclusão sistemática da igualdade de gênero na cooperação internacional e para o desenvolvimento

(Pinto et al. 2015). Há uma consciência generalizada das dificuldades significativas para alcançar a igualdade de género em São Tomé e Príncipe, especialmente devido à resistência cultural enraizada. Enquanto alguns jovens veem sinais de evolução, a maioria destaca a persistência de papéis de género tradicionais e atitudes machistas entre os homens, apontando para a necessidade de uma transformação cultural mais profunda. Com efeito, apesar da existência do compromisso internacional e constitucional de São Tomé e Príncipe com a igualdade de género, persistem as dualidades e desigualdades entre homens e mulheres, pelo que se afigura de extrema importância, a necessidade contínua de medidas públicas para apoiar as mulheres no país, pois o “estado em que está a situação da mulher são-tomense é um pouco deplorável” (Gomes, 2020, p, 259).

Constatámos um otimismo quanto à evolução da IG em STP, fundamentando essa visão na emigração dos jovens, os quais acreditam que as novas gerações, que estão atualmente a emigrar, irão adquirir diferentes perspetivas no exterior, fundamentais para impulsionar mudanças na mentalidade, destacando, deste modo, a influência positiva que a experiência no exterior pode ter nas atitudes em relação à IG. A mudança é vista como algo que será gradual, contudo, possível, o que levará, eventualmente, a uma maior igualdade de género em STP, pelo que se considera fundamental a continuidade da luta pela IG, reconhecendo que o desenvolvimento sustentável não é possível sem a participação plena das mulheres em condições igualitárias, conforme referido na Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD (2021).

Quanto às intenções futuras das e dos jovens em relação a ficar em Portugal ou retornar a STP, a maioria expressa o desejo de permanecer em Portugal devido às melhores oportunidades de trabalho e qualidade de vida. Mencionam a difícil situação económica e a falta de oportunidades em STP como razões para essa escolha. Alguns ponderam a possibilidade de retornar a STP apenas para visitar, ou num estágio mais avançado das suas vidas, quando puderem contribuir positivamente para o desenvolvimento de seu país.

Consideramos fundamental a existência de uma consciencialização e reflexão sobre as diferentes culturas para evitar mal-entendidos e conflitos, incentivando uma mudança de mentalidade tradicionalista, construindo uma sociedade intercultural que valorize

princípios como solidariedade, interdisciplinaridade, pluralidade, diversidade, alteridade e equidade (Ramos, 2009). Só desta forma se conseguirá alcançar uma convivência harmoniosa, sendo as competências interculturais essenciais para o diálogo num mundo cada vez mais diverso e plural (Moura & Ferrari, 2015).

Pela análise dos resultados das entrevistas, acreditamos que apesar da legislação existente em prol da IG, São Tomé e Príncipe ainda está longe de alcançar a igualdade efetiva, realidade, aliás, corroborada por Sequeira (2010). As mulheres enfrentam desafios relacionados a valores tradicionais estereotipados, que persistem devido à socialização pela família, escola e media (Poeschl et al. 2003). Para combater essas desigualdades, é defendida a quebra de estereótipos, enfatizando a importância da educação para as raparigas e a promulgação de legislação antidiscriminação no mercado de trabalho (Connell, 1993 conforme citado em Poeschl et al, 2003, p. 216).

Acreditamos, tal como Silva (1999), ser da responsabilidade dos Estados a criação de condições necessárias para construir uma sociedade onde a justiça e a inclusão sejam uma realidade. De salientar também a importância de políticas de integração a nível local para assegurar a igualdade de oportunidades aos imigrantes e a promoção da coesão e integração na sociedade de destino (Malheiros et al, 2011). A perspetiva intercultural deve ser integrada na construção da sociedade, promovendo igualdade de oportunidades, cidadania e direitos humanos (Carneiro, s/d; Ramos, 2014). Investir no empoderamento das meninas é considerado fundamental para o desenvolvimento do país, conforme destacado pelo Diretor do Banco Mundial para São Tomé e Príncipe World Bank, 2020, s/p). No âmbito económico, apesar da participação ativa das mulheres, especialmente no setor informal, o seu poder económico é ainda limitado. Neste sentido, garantir igualdade de condições e oportunidades é um desafio essencial para alcançar a autossuficiência (Silva & Fernandes, 2021).

Embora padrões tradicionais da cultura santomense dificultem o percurso para a plena IG, verificamos, no entanto, uma evolução nesse sentido, uma vez que as mulheres atualmente já têm oportunidade de assumir cargos que lhes eram anteriormente vedados, por exemplo, na vida política, facto também evidenciado por Sequeira, ao afirmar que “em

São Tomé e Príncipe o nível de participação feminina na política é cada vez mais crescente ...” (Sequeira, 2010, p.36). Contudo, e para essa igualdade existir, a luta contra a violência doméstica é sublinhada como crucial, com a necessidade de regulamentações e a promoção de retratos equilibrados das mulheres na sociedade, pois, apesar dos progressos nas últimas décadas, os desafios na implementação das leis persistem (Martins & Corminales, 2022), o que nos permite concluir que a IG em STP está ainda “mais próxima da utopia do que da realidade” (Santos, 2015, p. 146).

Consideramos que promover a igualdade de género e aumentar a consciência intercultural são objetivos cruciais para construir sociedades mais justas e inclusivas. Apresentamos, a seguir, algumas recomendações de medidas que acreditamos deverem ser adotadas nesse sentido:

Promoção da igualdade de género:

- Garantir o acesso equitativo à educação para meninos e meninas, implementando currículos escolares que promovam a igualdade de género e desafiando estereótipos;
- Garantir que homens e mulheres recebam salários iguais por trabalho igual e promover oportunidades iguais de promoção e liderança para ambos;
- Implementar políticas de licença parental equitativas para pais e mães e promover a flexibilidade no local de trabalho para acomodar as responsabilidades familiares;
- Realizar campanhas de conscientização para desafiar estereótipos de género, promovendo a importância da igualdade de género em meios de comunicação e redes sociais;
- Reforçar leis e políticas contra a violência de género, aumentando o apoio às vítimas, e educar sobre a prevenção da violência;
- Promover a participação ativa de mulheres na política, implementando quotas para garantir representação equitativa.

Aumento da consciência intercultural:

- Integrar a educação intercultural nos currículos escolares, promovendo a compreensão e aceitação das diferenças culturais desde cedo;
- Formar para as competências interculturais junto de profissionais em diversas áreas, promovendo a conscientização sobre preconceitos e estereótipos;
- Fomentar ambientes de trabalho inclusivos e respeitosos, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural entre os colaboradores;
- Valorizar e apoiar eventos culturais locais, incentivando a representação equitativa das diversas culturas nos media, os quais assumem uma enorme responsabilidade social, neste sentido;
- Promover o intercâmbio cultural, incrementando programas de intercâmbio para promover a compreensão entre culturas, promovendo viagens e experiências multiculturais;
- Reforçar o diálogo intercultural, criando espaços para o diálogo aberto sobre questões culturais, promovendo o respeito mútuo e a compreensão através de conversas construtivas.

Essas medidas, quando implementadas de maneira abrangente e consistente, podem contribuir significativamente para a diminuição das desigualdades de género e para o aumento da consciência intercultural. Esperamos com esta pesquisa contribuir para a urgente reflexão em torno das sociedades contemporâneas e desigualdades que se perpetuam nas mais diversas áreas, sobretudo no que à igualdade de género diz respeito, promovendo um conhecimento mais abrangente e informado, com vista a uma realidade efetivamente mais justa, equitativa e inclusiva.

Bibliografia

- ACEP. (2016). *Direitos das Mulheres em São Tomé e Príncipe: Conhecer para Capacitar e Sensibilizar*.
- ACM (Alto Comissariado para as Migrações, IP). (2022). *Guia de Acolhimento para Migrantes*.
<https://www.acm.gov.pt/documents/10181/0/Guia+de+Acolhimento+para+Migrantes>
- Aguiar, M. M. (2007). *A construção das hierarquias sociais: classe, gênero e etnicidade*. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, n. 36/37.
<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/AGUIAR-%20MARCIO.%20A%20construcao%20das%20hierarquias%20sociais%20classe-%20raca-%20genero%20e%20eticidade.pdf>
- Aires, L. (2015). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. Universidade Aberta.
- Albuquerque, R. (2016), Uma reflexão sobre o racismo. [Albuquerque 2016.pdf \(uab.pt\)](#)
- Almeida, J. F. (Coord.). (1994). *Introdução à Sociologia* (pp. 193-213). Universidade Aberta.
- Almeida, M. V. (2018). *Senhores de Si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Etnográfica Press. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17355/1/etnograficapress-459.pdf>
- Alsina, M. R. (2012). *La comunicación intercultural*. Anthropos.
- Amâncio, L. (1992). *As Assimetrias nas Representações de Género*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 34. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/14034>
- Amâncio, L. (2003). *O género no discurso das ciências sociais*. *Análise Social*, 38(168), 687-714. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791078B9rDE5id4Po89MU8.pdf>
- André, M. E. D. A. (2005). *Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional*. Brasília: Liber Livro Editora.
- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, (117), 127-147. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Barbosa, H. L. N. (2018). *A participação das mulheres santomenses na vida política no período de 1991 a 2018*. Dissertação de Mestrado, UNILAB - Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde.

https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1294/1/2018_proj_hbarbosa.pdf

- Barros, D. M. L. (2014). *Cultura e Desenvolvimento: O caso de São Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestrado em Cultura e Comunicação. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23958/1/ulfl198817_tese.pdf
- Barros, J. A. (2005). *Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções*. *Análise Social*, 40(175), 345-366.
- Beauvoir, S. (1949). *O segundo sexo: Fatos e mitos*. Difusão Europeia do Livro https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3959829/mod_resource/content/1/Beauvoir.O_segundo_sex-DIFEL.pdf
- Bourdieu, P. (2010). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil. https://uabpt-my.sharepoint.com/:b:/g/personal/rosana_uab_pt/EbjrYnJGztdFlha_L2eW7GQBpz8Qri0emf2Mt3UpWSys8Q
- Bracons, H. (2018). Cultura, diversidade, interculturalidade e mediação: percepções dos estudantes de Serviço Social. *Revista Migrações, Número Temático Mediação Intercultural*, Observatório das Migrações (OM), dezembro 2018, nº 15, Lisboa: ACM, pp. 12-27.
- Breakwell, G. M. (1993). *Social Representations and Social Identity*. University of Surrey, Guildford, Great Britain. https://www.researchgate.net/publication/247564526_Social_Representations_and_Social_Identity
- Cabecinhas, R. (2002). Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. In *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século: Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação* (pp. 407-418). Lisboa: Vega.
- Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial. Comunicação e Sociedade*. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/37335>
- Cabecinhas, R. (2010). Expressões de racismo: mudanças e continuidades. In A.C.S. Mandarino & E. Gomberg (Eds.), *Racismos: Olhares plurais* (pp. 11-43). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11002/1/Cabecinhas%20racismos%20bahia%202010.pdf>
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (2004). Dominação e exclusão: representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. In *Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Universidade do Minho, Braga.

- Calvinho, M. L. S., & Ramos, N. (2014, janeiro-junho). Violência conjugal contra a mulher, saúde e gênero – Contributos para melhorar as práticas profissionais e as políticas de prevenção da violência. *Ambivalências. Revista do Grupo de Pesquisa “Processos Identitários e Poder” – GEPPIP*, 2(3), 42-69.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia de Investigação: Guia para AutoAprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carneiro, R., (s/d). *A educação Intercultural*
https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/4_PI_Cap3.pdf/cc693b49-2288-4c9d-a3e0-89488b2899b7
- Castles, S. (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais* (Cap. 2 e 3). Lisboa: Fim de Século.
- CICDR (Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial). (2018). *Recomendação à adesão ao Princípio de não-referência da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem e situação documental*.
<https://www.cicdr.pt/documents/57891/110180/Recomenda%C3%A7%C3%A3o+CICDR+-+Princ%C3%ADpio+da+n%C3%A3o+refer%C3%Aancia.pdf/0cca99a1-9b0d-400b-af4c-652d5816fc6f>
- Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*, Edusc.
https://docs.google.com/file/d/0B3RkPYvqxxuMNDIyMwY2MjgtM2RmNi00YWZjLWExNjgtZmI2NWJiMjE2YTZl/edit?hl=pt_BR
- Da Cruz, A. V. (2005). *Multiculturalismo e Direitos Humanos*. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/6981>
- Dewi, A. S. (2020). *Investigating the Impact of Instagram on Women Entrepreneurs' Empowerment*. Apresentado na Annual International Conference on Social Sciences and Humanities (AICOSH), Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UIN Sunan Kalijaga Yogyakarta.
- Elsevier. (2019). *Gender in the Global Research Landscape: Analysis of research performance through a gender lens across 20 years, 12 geographies, and 27 subject areas*. Elsevier's Research Intelligence.
<https://assets.ctfassets.net/zlnfaxb2lqcx/57uxjkQA2aUQSpWayDUd5c/6653475e50db61cfb0f828e291c1e08a/Elsevier-gender-report-2017.pdf>
- Esteves, L. M., & Maia, L. V. (2021). Trabalho doméstico não remunerado e a crise do cuidado: uma visão feminista sobre os efeitos da Covid-19. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, 7(1), 58-74.
<https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/7722/pdf>

- Ferreira, M. F. (2013, agosto). A ética da investigação em ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11).
<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mzyHq5zFKhB5c69S6dPFfQr/?lang=pt>
- Giddens, A. (2010). Cultura e Sociedade. In *Sociologia* (8th ed., pp. 20-47). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, A. (2013). *Sociologia* (9ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gil, I.C., (s/d). *As interculturalidades da multiculturalidade*
www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/4_PI_Cap2.pdf/2d93b60c-fae2-4d32-ac79-de4670ee0b47
- Gomes, M. O. (2020). *Contributo para a caracterização da cultura política em São Tomé e Príncipe, 1990 – 2018. Caso do Distrito de Água Grande: Estudo exploratório*. Tese de doutoramento, ISCSP- Universidade de Lisboa.
- Joaquim, T. (s/d). *O género da memória: A questão da visibilidade*. CEMRI. Universidade Aberta.
[https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1298/1/Visibilidade%20\(2\).pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1298/1/Visibilidade%20(2).pdf)
- Kauark, Manhães, & Medeiros. (2010). *Metodologia de Pesquisa: Guia prático*. Itabuna, Bahia: Via Litterarum Editora.
- Laraia, R. B. (2009). *Cultura: Um conceito antropológico* (14ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. <https://petarquiteturaufmg.files.wordpress.com/2013/04/laraia-cultura-um-conceito-antropolc3b3gico.pdf>
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1994). Investigação qualitativa, fundamentos e práticas. In *Investigação qualitativa, fundamentos e práticas* (pp. 65-90). Lisboa: Instituto Piaget.
- Lévi-Strauss, C. (1987). *Race et Histoire*. Denoel
https://monoskop.org/images/c/c1/L%C3%A9vi_Strauss_Claude_Race_et_histoire_1987.pdf
- Maalouf, A. (2009). *Um Mundo sem Regras: Quando as nossas civilizações se esgotam* (pp. 23-240). DIFEL.
- Maeso, S. R., & Araújo, M. (2013). *Compreender as lógicas do racismo na Europa contemporânea: Projeto de investigação TOLERACE. Brochura com principais resultados e recomendações*. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra.
www.ces.uc.pt/projectos/TOLERACE
- Malheiros, J. M., Fina, A., Abreu, T., Viegas, A. R., Soares, M. P., Neto, E., Branco, E., Barbosa, I., Viegas, L., Fonseca, M., Briceag, L., Atafona, L., Rabaça, I., Carvalho, M. E., Sousa, N. F., Faias, C., Ferreira, S., Prieto, M. R., Baião, A. V., Ferreiro, F., Gonçalves, M. J., Neves, E., Varela, D., Antunes, E., Marques, J., & Moura, P. (2011). *Promoção da*

interculturalidade e da Integração de Proximidade. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACDI, I.P).

- Martins, G. A. (2008). *Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa* (2ª ed.). São Paulo: Atlas. Disponível em <https://silo.tips/download/estudo-de-caso-na-pesquisa-qualitativa-em-educao-uma-metodologia>
- Martins, N. M. S., & Corminales, C. L. (2022). *Legal Reforms to Protect Women at Home and at Work in São Tomé and Príncipe*. World Bank Group. *Global Indicators Briefs nº13*. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099343311022240241/pdf/IDU0c625c29604b7c047d50a0180637115ee7eeb.pdf>
- Matos, M., & Gonçalves, M. (2022). *Avaliação para a Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídios em Violência Doméstica, Relatório Final*. Centro de Investigação em Psicologia, Escola de Psicologia, Universidade do Minho. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2023/01/Relato%CC%81rio-Final_Avaliac%CC%A7a%CC%83o-para-a-EARHVD.2022_compressed.pdf
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona
- Miranda, J. (2009). *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, dificuldades de integração e projetos de vida*. Observatório da Imigração, ACIDI, I.P.
- Moreira, R. S. A. (2021). *Influência dos estilos educativos parentais e dos estereótipos de género na decisão vocacional nos alunos do ensino secundário*. Tese de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa, Braga. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/37328/1/202989011.pdf>
- Moura, C. P., & Ferrari, M. A. (2015). *Comunicação, Interculturalidade e organizações: faces e dimensões da contemporaneidade*. In *Comunicação Intercultural: Perspectivas, dilemas e desafios*. <https://abrapcorp.org.br/wp-content/uploads/2021/04/2015-Comunicacao-Interculturalidade-e-Organizacoes.pdf>
- Neto, F. (2002). *Psicologia Intercultural*. Universidade Aberta. Lisboa.
- Neves, M. S., & Rocha-Trindade, M. B. (2008). *As diásporas e a globalização – a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global Diasporas and globalisation – The Chinese business community in Portugal and the integration of China into the world economy*. https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/Migr3_Sec2_Art3_PT.pdf/0f5811db-a1d9-46d1-92bd-a8e1e2263b40
- Núncio, M. J. D. S. (2008). *Mulheres em Dupla Jornada: a conciliação entre o trabalho e a família*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Oakley, A. (1972). *Sex, gender and society*. Harper & Row

- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2020). *International Migration Outlook 2020*.
<https://www.oecd.org/migration/international-migration-outlook-1999124x.htm>
- Okin, S. M. (2008). Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, pp. 305-332.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002/8618>
- Paiva, M. P. V., Inocente, J. N., & Oliveira, A. L. (2012, 8-9 de junho). Gestão Intercultural: A importância das habilidades sociais e interculturais no contato entre profissionais de diferentes culturas. Apresentado no VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão.
- Pereira, M. M. (2009). *Fazendo Género na escola: uma análise performativa da negociação do género entre jovens*. Gender Institute, London School of Economics and Political Science, 1123-1127.
- Perista, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., & Perista, P. (2016). *Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal*. CESIS / CITE.
- Pinto, T., Nogueira, C., Vieira, C., Silva, I., Saavedra, L., Silva, M. J., Silva, P., Tavares, T. C., & Prazeres, V. (2015). *Guião de Educação Género e Cidadania, 3º ciclo*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2016/07/3Ciclo_Versao_Digital_FinalR.pdf
- Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres (s/d). *Agenda 2030|ODS*
<https://plataformamulheres.org.pt/artigos/direitos-humanos/agenda-2030-ods/>
- Plataforma Portuguesa das ONGD. (2021, dezembro). *Igualdade de género e desenvolvimento*, (Ed. 23). <https://www.plataformaongd.pt/revista>
- Poeschl, G., Múrias, C., & Ribeiro, R. (2003). As diferenças entre os sexos: Mito ou realidade? *Análise Psicológica, 2(XXI)*, 213-228.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L.V. (2003), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Ramalho, S., & Trovão, S. (2010). *Repertórios Femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: modalidades de participação cívica, volume 2*.
- Ramos, M. C. P., (2012). Migrações, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais e Regionais, Grandes Problemáticas do Espaço Europeu... (Cap. 3, pp. 63-102). FLUP.
<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11418.pdf>

- Ramos, M.C.P., & Ramos, N. (2014). Associativismo migrante, participação e inclusão social no espaço urbano. In GT - 029 – Mobilidades e cidades: da produção ao espaço público. *Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História*. ANPUH. São Paulo. Brasil. https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/7336?locale=pt_PT
- Ramos, N. (Ed.). (2008). *Saúde, Migração e Interculturalidade. Perspectivas teóricas e práticas* (pp. 44-131). Editora Universitária da UFPB João Pessoa. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6831/1/Sa%C3%BAde%20Migra%C3%A7%C3%A3o%20e%20Interculturalidade%20%283%29.pdf>
- Ramos, N. (2009). Saúde, migração e direitos humanos. In *Mudanças – Psicologia da Saúde* (pp. 1-11).
- Ramos, N. (2012). *Interculturalidade, Saúde e Cidadania*. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/9002>
- Ramos, N. (2014). *Conflitos interculturais no espaço europeu. Perspetivas de prevenção e intervenção*. In *The overarching issues of the European space: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis*. (pp. 225-245). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ramos, N. (2016). *Famílias migrantes. Acolhimento e solidariedade na sociedade multicultural. Migrações, 14-20*. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5844/3/Fam%C3%ADlias%20migrantes_2016.pdf
- Rocha-Trindade, M. B. (1993). Perspectivas sociológicas da interculturalidade. *Análise Social, XVIII*, 869-878.
- Rodrigues, E. V. (2000). O Estado-Providência e os Processos de Exclusão Social: Considerações Teóricas e Estatísticas em torno do caso Português (págs. 173-198).
- Santos, B. S. (1999). A construção multicultural da igualdade e da diferença. *Oficina do CES, nº 135*. <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/11020/1/A%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Multicultural%20da%20Igualdade%20e%20da%20Diferen%C3%A7a.pdf>
- Santos, L. M. L. V. (2015). *A Igualdade de Género em São Tomé e Príncipe: Entre a Realidade e a Utopia*. Dissertação de Mestrado em Estudos Sobre as Mulheres, Universidade Aberta. Repositório Aberto da Universidade Aberta. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4458/1/TMEMU_LurdesSantos.pdf
- Scott, J. W., (2021). Género: ainda é uma categoria útil de análise? [Gênero | albuquerque: revista de história \(ufms.br\)](https://www.ufms.br/revista-de-historia)

- Sebben, A. (2009). *Ciências Interculturais e a Expatriação: Novos Modelos para o Mercado Brasileiro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Sequeira, V. C. A. (2010). *A situação das mulheres na sociedade santomense: discriminações de género e a participação feminina na esfera produtiva*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre.
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?sequence=1>
- Silva, A., & Fernandes, A. S. (2021). *Orçamento Sensível ao Género: Manual Prático*. Cadernos da Cidadania n.º 9. Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. Participação Cidadania. <https://plataformamulheres.org.pt/orcamento-sensivel-ao-genero-em-sao-tome-e-principe-formacao/>
- Silva, M. (1999). Novas desigualdades, novas solidariedades e reforma do Estado: uma reflexão breve. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 79-89.
- Silvestre, H. C., & Araújo, J. F. (s/d). *Metodologia para a Investigação Social*. Escolar Editora. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6563/3/O%20Tratamento%20e%20An%C3%A1lise%20de%20Dados.pdf>
- Sousa, D. P. T. C. (2021). *Invisibilidade das mulheres na política são-tomense - período pós independência 1975 a 2021*. Dissertação de Mestrado em Estudo sobre as Mulheres – Género, Cidadania e Desenvolvimento, Universidade Aberta.
- Torres, A., Pinto, P. C., Costa, D., Coelho, B., Maciel, D., Reigadinha, T., & Theodoro, E. (2018). *Igualdade de género ao longo da vida. Portugal no contexto europeu*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
https://www.researchgate.net/profile/Analia-Torres-2/publication/327043063_Igualdade_de_Genero_ao_longo_da_vida_Portugal_no_contexto_Europeu/links/5b747085a6fdcc87df802f1f/Igualdade-de-Genero-ao-longo-da-vida-Portugal-no-contexto-Europeu.pdf
- Trovão, S., & Ramalho, S. (2010). *Repertórios Femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: Dinâmicas familiares, de género e geração, Volume I*.
- União Europeia. (2016). *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) (Regulamento (UE) n.º 679/2016, de 27 de abril)*. Disponível em:
https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2961&tabela=leis
- UNESCO. (2001, 2 de novembro). *Universal Declaration on Cultural Diversity*. Adotada pela 31ª sessão da General Conference of UNESCO.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>

Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos Racismos em Portugal. Estudos e Investigações 11*. ICS. Universidade de Lisboa.

<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/22539>

World Bank. (2020, 11 de dezembro). *Comunicado à Imprensa. World Bank Injects \$15 Million to Improve Girls' Education in Sao Tome and Principe*. Disponível em:

<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2020/12/11/world-bank-injects-15-million-to-improve-girls-education-in-sao-tome-and-principe>

Yin, R. K. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (3ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

ANEXOS

Anexo I – Protocolo de consentimento informado - Entrevista

Anexo II - Guião de Entrevista

Anexo I

Protocolo de consentimento informado - Entrevista

Eu, _____ aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de Bernardina Margarida Pinhão Martins, orientada pela Professora Doutora Rosana Albuquerque, no âmbito da dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, com o título “Igualdade de Género: Sim ou não? Perspetivas de um grupo de jovens de S. Tomé e Príncipe em Portugal”. Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo, entendi e aceito responder a uma entrevista.

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim.

Ao participar neste trabalho, estou a colaborar para o desenvolvimento da investigação nesta área da igualdade de género, não sendo, contudo, acordado qualquer benefício direto ou indireto pela minha colaboração.

Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo, a menos que eu o autorize por escrito.

Assinatura _____

Data ____ / ____ / _____

Anexo II

Guião de Entrevista

Nome:

Idade:

Questionário:

1 – Qual a razão que a/o levou a imigrar para Portugal?

2 - Há quanto tempo chegou ao nosso país?

3 - Onde morava em São Tomé e Príncipe (STP)? Cidade/Roça?

4 - Qual a situação socio económica do seu agregado familiar em STP? (Com quem vivia, ocupações...)

5 - Tem outros familiares emigrados? Se sim, onde?

6 - O que entende por Igualdade de Género?

7- Concorda com a Igualdade de Género?

8 - Considera que é praticada a igualdade de género em STP ou é algo que apenas existe “nas leis”?
Justifique

9 - Considera que os homens de STP estão preparados para a igualdade entre mulheres e homens?
Justifique

10 - Considera que as mulheres de STP estão preparadas para a igualdade entre mulheres e homens?
Justifique

11 - Considera que a cultura são-tomense é favorável à igualdade entre as mulheres e os homens?
Exemplifique.

12 - Qual considera ser o papel da mulher e do homem na sociedade?

13 - Na sua opinião, porque é que alguns jovens (santomenses) têm comportamentos autoritários relativamente às colegas do grupo e porque é que as jovens aceitam esse tipo de comportamentos?

14 - Como vê, em Portugal, a Igualdade de Género?

15 - Relativamente a este tema (Igualdade de Género), mantém a opinião de quando chegou a Portugal, ou sente que a nossa cultura já terá, de alguma forma, influenciado a sua opinião, nesse sentido? Como?

16 - Pretende regressar a STP ou ficar em Portugal? Quais os motivos que influenciaram a sua decisão?

17 - Como pensa que a IG vai evoluir em STP nos próximos tempos?

Obrigada pela sua colaboração!